FACULDADE DO BAIXO PARNAIBA
CURSO DE PEDAGOGIA

LILLYAN ROSA DE OLIVEIRA

RAIMUNDA ALMEIDA BASTOS

A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL:

um olhar reflexivo ao papel do professor no contexto escolar.

Chapadinha
2013

LILLYAN ROSA DE OLIVEIRA
RAIMUNDA ALMEIDA BASTOS

A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL:

um olhar reflexivo ao papel do professor no contexto escolar.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.ª Esp. Francilene Lima de Melo.

Chapadinha
2013

LILLYAN ROSA DE OLIVEIRA
RAIMUNDA ALMEIDA BASTOS

A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL:
um olhar reflexivo ao papel do professor no contexto escolar.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª Esp. Francilene Lima de Melo.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª Francilene Lima de Melo (Orientadora)
Especialista em Gestão e Supervisão Escolar
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

A Deus, fonte da inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, antes de tudo, a Deus, pela força e perseverança que Ele nos deu para essa conquista.

Às nossas famílias, pelo apoio concedido e por acreditarem que seríamos capazes.

À nossa orientadora professora Francilene Lima de Melo pela dedicação e paciência.

Aos nossos queridos professores que compartilharam conhecimentos conosco durante todo o curso de Pedagogia.

E aos nossos amigos, pelo companheirismo e contribuição em todo nosso processo de formação.

“A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.”

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa teve como principal objetivo compreender as práticas educativas e suas contribuições na transformação da ação docente e, consequentemente, para o aprendizado dos educandos. Parte-se da premissa de que a prática do professor no âmbito educacional exige uma reflexão acerca do seu contexto de trabalho. As inquietações emergem quando se observa as contradições nas práticas educativas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando que os mesmos precisam conduzir sua ação no intuito de intermediar o processo de aprendizagem dos alunos. A pesquisa apresenta uma análise sobre a prática do professor e os desafios encontrados ao longo dos anos até a contemporaneidade. Destaca os principais pontos que influenciam na construção de conhecimentos dos alunos. Assim, a efetivação desse estudo teve como base concepções teóricas de Ayres (2011), Chistov (1998), Demo (2002), Freire (1987), Fusari (1998), Libâneo (2006), Scaparto (2004), e Zabala (1998), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), entre outros fundamentos teóricos.

Palavras - Chaves: Práticas educativas. Ação docente. Aprendizagem dos educandos.

ABSTRACT

This research aimed to understand the educational practices and their contributions in transforming the teaching activity, and consequently, the learning of the students. Part on the assumption that the teacher practice in the educational field requires a reflection on their work context. Concerns arise when observing the contradictions in the educational practices of teachers in the early elementary school years, whereas they need to conduct their actions in order to mediate the learning process of students. The research presents an analysis of the practice of the teacher and the challenges encountered over the years until nowadays. Highlights key points that influence the construction of knowledge of students. Thus, the realization of this study was based on theoretical conceptions of Ayres (2011), Chistov (1998), Demo (2002), Freire (1987), Fusari (1998), Libâneo (2006), Scaparto (2004), and Zabala (1998), beyond the Law of Guidelines and Bases of Education (Law 9.394/96), and other theoretical foundations .

Keywords: Educational practices. Teaching action. Students' learning.

LISTA DE TABELA

p.

Tabela 1-O que você entende por prática educativa?.....46

Tabela 2-Na sua prática educativa você utiliza diferentes recursos pedagógicos?.....48

Tabela 3-Ao planejar suas aulas você considera opiniões, anseios e as dificuldades dos educandos?.....50

Tabela 4-Na escola, os professores atuantes do 1º ao 5º ano se reúnem para discutir ações e propor atividades coletivas e especificas para essas turmas?.....51

Tabela 5-A Secretaria de Educação ou a própria escola oferece Formação Continuada periodicamente aos professores atuantes nas series iniciais do ensino fundamental?.....52

Tabela 6-Quando a Secretaria de Educação Municipal ou a Escola não oferecem Formação Continuada, você busca realizar cursos, capacitações para aperfeiçoar sua prática?.....53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 PROFISSÃO DOCENTE: breve análise da sua evolução histórica 13
2. 1 Profissão docente e seus desafios contemporâneos 19
3 A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO PARA A PRÁTICA DOCENTE 24
3. 1 Formação Inicial 27
3. 2 Formação Continuada 31
4 CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVA A PARA AÇÃO DOCENTE E APRENDIZADO DOS EDUCANDOS ..... .35
5 MÉTODO 41
5. 1 Tipo de pesquisa 41
5. 2 Campo de estudo 42
5. 3 População e amostra 43
5. 4 Instrumento 44
5. 5 Procedimentos de coleta de dados 44
5. 6 Procedimentos de análise de dados 45
6 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA 46
6. 1 Perfil dos participantes 46
5. 6 Procedimentos de análise de dados 46
6. 2 Visão dos professores sobre a prática pedagógica 46
6. 3 Visão do supervisor sobre a prática pedagógica 54
7 CONCLUSÃO 59
REFERÊNCIAS 61
APÊNDICES 65

1 INTRODUÇÃO

A prática docente é uma ação específica do professor em sala de aula. E toda prática docente, que pretende ser educativa, se organiza em torno de objetivos, procedimentos metodológicos, conteúdos e avaliações. Dessa maneira, o professor que organiza sua rotina escolar com finalidades de promover reflexões e mudanças no indivíduo que se pretende formar, deve estar atento à realidade do aluno, refletindo continuamente sua ação educativa.

Em outras palavras, para uma mudança significativa, o profissional da educação deve estar cada vez mais preparado, cada vez mais reflexivo em sua prática, buscando sempre o aperfeiçoamento e meios para estar atualizado, uma vez que as exigências do mundo moderno impulsionam um redimensionamento da ação docente com finalidades de atender às demandas da sociedade atual.

Assim, na perspectiva de atender às exigências da sociedade contemporânea, os professores já não poderão oferecer aos seus alunos os mesmos procedimentos metodológicos que foram desenvolvidos na sua formação, em tempos defasados, pois as circunstâncias educacionais exigem novos objetivos a serem estabelecidos, novas metas a serem cumpridas, visto que um novo padrão de sociedade é concebido.

A inclusão de ações inovadoras, que utilizem as novas tecnologias como recursos pedagógicos, passou a ser uma necessidade diante da realidade atual, em que exigem dos docentes uma reflexão contínua, além de um redirecionamento de sua prática, considerando que se vive a era da informação e do conhecimento, e esta, por sua vez, se transforma muito rápido. O professor, então, deve acompanhar as mudanças por meio de sua ação docente.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como inquietação compreender como as práticas educativas estão sendo utilizadas para a transformação da ação docente e melhorias no aprendizado dos educandos. Além disso, a escolha pelo tema surgiu pelo interesse em conhecer como o professor desenvolve suas atividades pedagógicas em sala de aula, mais especificamente no ensino fundamental. A escolha da Escola Caminho do Saber se deu a partir das observações realizadas nesta escola, durante a disciplina Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental no curso de Pedagogia, e por conhecer o papel que a escola desempenha no setor educacional do município de Chapadinha-MA. Destaca-se, ainda, que a escola campo está há vários anos contribuindo com a educação de crianças, jovens e adultos, o que contribuiu também para sua escolha.

O presente trabalho é resultado de um estudo de caso realizado numa escola pública do município de Chapadinha – MA, onde se observaram os aspectos referentes à

prática educativa do professor em sala de aula e fazendo relação com as análises de alguns teóricos como Ayres (2011), Benavete (1991), Carlini (2004), Demo (2002), Lakatos (2011), Libâneo (2006), Nóvoa (1992), Pimenta (2006), Zabala (1998), entre outros.

O trabalho foi dividido em 6 (seis) capítulos) que se configuram essenciais na organização do trabalho. Primeiro, foi feita uma abordagem sobre o contexto histórico da profissão docente no Brasil, para melhor análise sobre os aspectos atuais. De forma objetiva e simplista aborda o percurso perpassado pela profissão docente até os desafios contemporâneos.

Em seguida, apresentou-se uma referência da contribuição da formação para a prática docente, em que se destaca a Formação Inicial e Continuada em uma ótica teórica, descrevendo o papel de ambas as formações na construção de uma prática inovadora. Por conseguinte, no quarto capítulo, fez-se uma ressalva da contribuição da prática educativa para a ação docente e aprendizado dos educandos, enfatizando o papel do docente na construção do conhecimento do aluno.

E no quinto capítulo, foi feita uma explanação sobre os métodos utilizados na pesquisa, bem como o tipo de pesquisa utilizado, os instrumentos, a população e amostra, ou seja, apresentou-se os dados concernentes aos procedimentos de coleta de dados e de análise da pesquisa, com objetivo de caracterizar o tipo de pesquisa e apresentar o público alvo da mesma.

No sexto capítulo, intitulado como foi feita a análise e apresentado o resultado da pesquisa, onde se aborda o contexto da pesquisa, destacando os mecanismos utilizados na realização do estudo de campo. Também, neste capítulo, são feitas as análises e discussões das respostas dos sujeitos da pesquisa sobre a prática docente com fundamentações teóricas.

Consecutivamente, no último capítulo, dispõe-se as considerações finais, em que se destacam os pontos importantes abordados no decorrer da pesquisa e algumas sugestões, tanto para o corpo docente como para os demais participantes da comunidade educacional desse contexto. Espera-se que esse trabalho, em que se agregaram várias fontes, de autores com diferentes teorias, além da experiência no campo da pesquisa, possa propiciar a análise e reflexão dos sujeitos, alunos ou professores, interessados na compreensão do papel do docente para a melhoria na qualidade do ensino.

2 PROFISSÃO DOCENTE: breve análise da sua evolução histórica

Entende-se, de modo geral, que a escolha da profissão para o indivíduo representa a definição do modo de vida pelo qual uma pessoa decidiu viver. Pois, cada ofício tem suas peculiaridades quanto ao comportamento dos seus membros. Segundo o dicionário de língua portuguesa (BUENO, 2000, p. 510), profissão significa ocupação. Outra definição dada é de modo de vida, ou seja, é uma atividade especializada que exerce um caráter permanente, em que se estende ao trabalho total realizado em uma sociedade.

Etimologicamente, "[...] o termo *docência* significa ação de ensinar, e está vinculado ao radical do verbo latino *docere*, cujo sentido se expressa por ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender." (VEIGA; ARAUJO; KAPUZINIAK, 2005, p. 40, grifo dos autores). Nota-se que o sentido da origem da palavra ainda permanece hodiernamente, pois uma característica marcante do profissional da docência é o ensino ou a instrução numa determinada área do saber, compreendida como a ação de transmitir conhecimentos.

Ainda segundo Veiga, Araujo e Kapuziniak (2005), há muitos outros termos relacionados com docência ou com docente, pois a profissão relaciona-se com o contexto histórico-educacional, numa influência exercida pelo espaço histórico-social. Cita-se dentre as várias significações: preceptor (nos anos de 1190), mestre (por volta de 1255), mestre-escola (em 1320), professor, magistério (no século XV). Apenas no século XIX, segundo os autores, é que os termos docente e educador surgiram na língua portuguesa.

É importante esclarecer que o conhecimento dos significados desses vocábulos possibilita compreender as funções atribuídas em cada contexto histórico no cenário social. Nota-se que a docência, ao longo dos anos, adquiriu terminologias distintas, mas sempre implicando a ação do professor com o ato de ensinar.

Dessa forma, as condições de se associar a profissão a um conceito implicam em analisar a especificidade de suas funções, como o exercício que esta exige em tempo integral, assim como a regulamentação das efetivas relações de trabalho, a coordenação em sindicatos, salários compatibilizados com a função exercida por cada membro e dignidade em sua efetivação.

Nessa dimensão, faz-se necessário resgatar as mudanças que ocorreram ao longo dos anos na sociedade, para que se possa compreender o redirecionamento, os papéis, as funções, assim como os direitos e benefícios que as profissões foram adquirindo com as transformações sociais, adequando a essas mudanças sem perder a essência e o valor de cada ofício. E é nesse contexto que se insere a profissão docente, uma profissão que abrange

características bastante peculiares, influenciadas pelo modelo de sociedade de cada época, o que pode ser comprovado em uma análise de sua evolução histórica.

Destaca-se, dessa maneira, a evolução perpassada pela docência enquanto profissão ao longo dos tempos em uma breve discussão. “A partir do século XVI começou-se a discorrer sobre o ensino, que iniciou a cargo das corporações religiosas, dentre estes se destacam os jesuítas” (FURET e OZUF, 1977 apud PITTA 2013). Vale ressaltar que o ensino ministrado, nesse contexto, era intensamente ligado ao poder do clero, sendo que em muitos casos os próprios sacerdotes eram os professores. Dessa forma, o ensino pregado nesse período seguia uma doutrina religiosa.

Entretanto, esse tipo de ensino influenciado pelas congregações religiosas aconteceu até aproximadamente o século XVIII. Ainda segundo Furet e Ozuf (1977) apud Pitta (2013), uma característica peculiar desse ensino “[...] era que o mesmo servia apenas a elite e se estruturava como uma atividade suplementar”. Assim, nesse período, com a retirada do poder educacional das mãos do clero, passou-se por grandes transformações, sendo concentrado, por conseguinte, nas mãos do Estado.

Em síntese, no que se refere ao contexto histórico da profissão docente, Penin (2013) relata que: “A atividade de ensino é tão antiga quanto à vida humana, mas o professor somente apareceu como profissional do ensino há pouco mais de 300 anos, no século XVIII, nas lutas por democratização, empreendidas pela burguesia revolucionária.”

Nessa época, os professores eram religiosos ou intelectuais, que possuíam conhecimentos de uma disciplina ou de um assunto, pois a educação, neste cenário social, passou a ser uma solicitação de toda a população, o que aumentou a necessidade de professores. Esse período foi marcado por várias mudanças no quadro educacional do país. “[...] O ensino com base em uma doutrina religiosa ministrada pelos jesuítas foi interrompido em 1759 com a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal, pois estes não pregavam uma educação que servia ao Estado” (PITTA, 2013). O Marquês, então, instaurou um novo modelo educacional submisso ao Estado. As reformas objetivavam ainda constituir um corpo laico de professores que exercessem a função de agentes do Estado nas diversas localidades e povoações do país e, fundamentalmente, transferirem a tutela do ensino para o Estado.

Assim, com a intervenção do Estado, provocaram-se várias condições para o ensino educacional. Aconteceu, com essa ação, uma homogeneização, unificação e uma hierarquização do ensino. Assim, o professor se constituiu como o corpo profissional desses grupos. “Nesse período, o ministro D. José I decretou uma medida até então incomum na Europa, que era a cobrança de um imposto, uma espécie de ajuda que garantiria o

funcionamento público de escolas" (FURET e OZOUF 1977 apud PITTA, 2013). Ou seja, o imposto arrecadado tinha como principal finalidade constituir subsídios para o ensino público nas escolas. Entretanto, a medida não fora bem sucedida, uma vez que poucas escolas populares conseguiram sucessos nesse período.

Furet e Ozouf (1977) apud Pitta (2013) destacam, ainda, a instituição da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos livros, que manifestava pelo Estado claramente um controle político e ideológico exercido sobre o ensino e até os próprios docentes. O Estado, ao instituir um conjunto de leis e normas, tinha influências fortemente de crenças e atitudes religiosas.

Ainda segundo Furet e Ozouf (1977) apud Pitta (2013), no século XIX, surgiram algumas mudanças no cenário educacional, principalmente com a fundação das primeiras escolas responsáveis pela formação de professores e pela conquista dos docentes de um estatuto social. Nesse período, "[...] a instrução foi encarada como sinônimo de superioridade social, mas era apenas o seu corolário" (FURET E OZOUF 1977 apud PITTA 2013). A visão da necessidade dos professores para evolução do país foi, ao longo dos anos, ganhando cada vez mais força, principalmente com a primeira república que buscou ações em que objetivava fazer da educação um mecanismo político de afirmação como regime.

Ainda segundo os autores, nesse momento histórico, visto pelo ângulo educacional, elaboraram-se políticas de combate ao analfabetismo e tentou-se criar uma nova consciência patriótica. Pois os professores buscavam uma liberdade educacional e todas as medidas caminhavam para esse rumo. Porém, com o Estado, esta ideia não resistiu por muito tempo, como afirma Benavente (1991, p. 123), ao dizer que "[...] toda a ação implantada e conquistada em função de uma autonomia simplesmente perdeu o seu sentido e o Estado novamente assume um controle maior e impõe um rigoroso controle político, ideológico e profissional". A submissão dos docentes "[...] estabeleceu condições de carreira que convergem num objetivo, o de fazer dos professores agentes dóceis de ordem social preestabelecida." (SARMENTO, 1994 apud PITTA 2013).

Anos depois, com o apoio das classes interessadas, procurou-se retomar o processo de autonomia da profissão, ação que se tinha se perdido com o começo do Estado Novo. Segundo Sarmento (1994) apud Pitta (2013), objetivando a reconquista desse processo, estabeleceu-se algumas transformações de suma importância nessa aquisição, como:

> Restauração da possibilidade de constituição de associações profissionais, incluindo sindicatos; reformulações dos procedimentos de formação inicial dos professores, inicialmente com a reforma dos magistérios, depois com a constituição de Escolas Superiores de Educação e departamentos ou escolas nas universidades; incentivo a

> uma maior autonomização profissional pela adoção de programas e metodologias assentes na iniciativa dos professores e na integração comunitária. (SARMENTO, 1994 apud PITTA 2013)

Nesse período, em que as classes interessadas buscavam retomar alguns direitos perdidos, aconteceu no Brasil uma série de protestos que reivindicavam por melhorias nas condições de trabalho, reformulação dos cursos normais, em detrimento da desvalorização e descaracterização profissional. Segundo Sarmento (1994) apud Pitta (2013) "[...] nos anos 90, desenvolveu-se progressivamente o fenômeno de desvalorização da profissão docente", processo que ocorreu concomitante com o acesso e ampliação da população à educação básica. Nesse momento, gradativamente os profissionais e as esferas governamentais começaram a ser cobrados pelo que socialmente ficou reconhecido como um "[...] rebaixamento da qualidade da educação básica" (PENIN, 2013). A reorganização do trabalho passou a exigir dos trabalhadores melhor desempenho por intermédio do conhecimento e o uso das novas formas de tecnologias, como afirmam Romanowski (2007, p. 36):

> Essas novas formas de organização da produção e do trabalho, com a intensificação do uso das tecnologias informais, de novas formas de gestão e competição, potencializam a capacidade produtiva dos trabalhadores. Dessa forma, os professores têm sido mais cobrados na promoção de mais aprendizagem em menor tempo, com menor custo.

Essas novas exigências do trabalho trouxeram ao meio educacional mudanças significativas referentes à entrada dos docentes no trabalho, pois se passou a exigir deles mais competência, capacitação, por meio de cursos e participação em programas de Formação Continuada e, consequentemente, passou-se a exigir também maior titulação. "[...] Essa exigência de maior titulação está expressa na Lei Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDBEN, implantada em 1996 sob a Lei 9.394" (ROMANOWSKI, 2007. p 36). Com a implantação da LDB, iniciou um novo processo na profissão docente. Assim, as cobranças citadas anteriormente aconteciam de forma mais impetuosa e essa veemência se dava em função da reestruturação do processo educacional que se encontrava em declínio.

Também "[...] nos anos de 1996 e 1997, deu-se a efetivação de duas edições do Congresso Nacional de Educação (CONED), na oportunidade, tiveram suas organizações subsidiadas por entidades sindicais e científicas" (PENIN, 2013). A sua realização objetivava estabelecer propostas concretas que favorecesse a política educacional. A proposta para o Plano Nacional de Educação para os dez anos seguintes foi resultado do encontro ocorrido em 1997.

Com esse breve contexto histórico da profissão docente, é possível perceber que a reestruturação dessa profissão passou e passa por um processo bastante complexo. Por ser um ofício que representa a classe de profissionais que contribui para a formação dos sujeitos, que envolve os aspectos científicos e culturais de uma sociedade. O docente se predispõe a situações que suscitam discussões acerca de todo o processo, uma vez que se trata de uma carreira que está diretamente relacionada com a educação dos indivíduos, com as crenças e ideologias de um grupo social. Em todo caso, os professores são os profissionais que trabalham com formação de cidadãos e Benavente (1991, p. 329) justifica essas ideias ao afirmar que:

> [...] Entre todos os funcionários públicos nenhum há que mais assiduamente trabalhem pela prosperidade e bem estar da nação do que os professores [...] porque são eles que diariamente se ocupam de inocular no coração da infância, na alma dos futuros cidadãos, o amor ao trabalho e à prática de todas as virtudes, a obediência às leis que nos regem, a sujeição e o respeito aos poderes instituídos, a dedicação à pátria que os viu nascer.

Assim, torna-se oportuno afirmar que o professor é um profissional com características bastante peculiares e diferenciadas, pois envolve uma série de circunstâncias que correspondem aos objetivos da profissão, principalmente por entender que a educação se faz continuamente na vida do homem. Diga-se de passagem, não apenas na educação infantil ou educação superior, mas, ao longo da vida, o ser humano necessita constantemente de um instrutor ou mais necessariamente de um professor, já que a modernização exige a capacitação e atualização do homem por meio de conhecimentos adquiridos em cursos ou mini-cursos que promovam o seu progresso intelectual. Consequentemente, o professor também deve buscar meios de se atualizar, pois, como já observado, ele é uma referência do conhecimento, da informação, do saber.

Portanto, torna-se complexo estabelecer uma definição do profissional docente, pois ele é um ser que está em plena transformação, resultante de inúmeros fatores. De modo geral, é um profissional que influencia diretamente na formação dos alunos, a partir do seu desempenho, da sua formação, dos conhecimentos, habilidades e atitudes pedagógicas

Nesse sentido, no século XX, vários estudiosos analisaram e situaram a profissão docente a partir da percepção das funções que o professor exerce na escola e para a sociedade. Dentre esses termos, os mais notórios são: professor e educador. Alves (1986) apud Silva (2000, p. 49) faz distinção quanto às palavras professor e educador. Segundo ele, "[...] professor é profissão, não é algo que se defina por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação." Observa-se que o autor afirma que, diferentemente do professor,

educador é aquele que ensina por amor, ou seja, todo educador é um professor, porém, nem todo professor é envolvido na ação de ensinar pelo amor, pela vocação à profissão.

Alvez (1986) apud Silva (2000, p. 49) justifica sua afirmação por considerar que a formação tradicional do professor não forma o educador, pois ele "[...] é transformado em funcionário de um mundo dominado pelo Estado e pelas empresas". Ou seja, uma categoria que é gerenciada segundo os interesses do sistema.

Por outro lado, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB –, os profissionais da educação devem participar ativamente dos processos educativos. Ressaltando que esses processos acontecem amplamente, não se resume à sala de aula, mas desde as atividades que envolvem a família e a escola até a elaboração de documentos que regem o ensino escolar.

Dessa forma, segundo a LDB, aos professores compete, dentre outros aspectos:

> Art. 13
> I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
> II- elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
> III- zelar pela aprendizagem dos alunos;
> IV- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
> V- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
> VI- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRANDÃO, 2010, p. 54)

Nessa perspectiva, os professores comprometidos, comunicativos, dinâmicos, flexíveis e participativos são fundamentalmente importantes para a orientação competente do educando, pois docentes motivadores com forte liderança, e dispostos a realizar um trabalho diferenciado na aprendizagem de todos os alunos são imprescindíveis no processo educativo, são imperiosos na formação de qualidade dos alunos.

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), "[...] os profissionais da educação são todos aqueles que atuam dentro do ambiente da educação escolar" (LIBÂNEO 2006, p. 277). Portanto, para a CNTE, todos os indivíduos atuantes na instituição escolar, independente da função que este exerça, configura-se como um profissional da educação, considerando que ele contribui direta ou indiretamente no processo de ensino e aprendizagem desempenhado na instituição de ensino.

No que se refere aos professores, atualmente, no Brasil, há uma grande preocupação em torno dessa profissão, em função dos grandes problemas que a Educação do país tem enfrentado, envolvendo, sobremaneira, a desvalorização desses profissionais, por

meio da oferta de salários baixos, condições inadequadas de trabalho, falta de apoio financeiro ou investimento dos governos, municipais, estaduais ou federais, entre outros.

Assim, embora o país esteja passando problemas no setor educacional, as políticas educacionais ainda não são suficientemente coniventes para atender aos problemas ora apontados. Em discursos políticos é muito comum destacarem esse setor como prioridade, no entanto, a cada ano percebe-se, como consequência, um número diminutivo de professores atuando em sala de aula. Cada vez mais se percebe que muitos hesitam escolher essa profissão, ou desistem dela, pelas condições de trabalho que são oferecidas. Além disso, os professores que permanecem na área, que acreditam e persistem na educação, encontram, muitas vezes, vários desafios na realização do seu trabalho.

2.1 Profissão docente e seus desafios contemporâneos

O contexto histórico relatado anteriormente expõe alguns fatos que perpassaram a profissão docente ao longo dos anos. A história destes profissionais faz alusão à luta de uma classe que buscou e ainda busca uma valorização para o trabalho que desempenham dia após dia no contexto escolar. Pois, como observado, com o surgimento da educação sistematizada, o professor teve o papel de educador, função desempenhada no âmbito escolar. Dessa forma, ele exerce uma função primordial na vida dos educandos, e necessita de apoio e colaboração de todos os que fazem parte do processo educativo.

A função realizada pelo professor, durante séculos, passou e a cada dia passa por inúmeras transformações, de acordo com os interesses ideológicos e necessidades da época em que se situa. Alves (1986) apud Silva (2000) considera que a formação tradicional do professor não forma educador, mas que o professor é transformado em um funcionário dominado pelos sistemas sociais.

No período modernista, por exemplo, "[...] o professor era visto como um mero transmissor de conhecimentos, aquele que tinha o conhecimento e deveria apenas depositar na cabeça dos alunos". (FREIRE, 1987, p. 59). Nesse contexto, o professor era visto como autoridade máxima, detentor e transmissor do conhecimento.

Nessa linha de pensamento, os professores exerciam as funções que a sociedade da época exigia. Esse modelo de educação atendia à concepção de educação bancária, em que o professor era o transmissor do conhecimento e o aluno um mero receptor, tinha a função

apenas de receber o conhecimento pronto e acabado. Segundo Paulo Freire (1987) serve da concepção e da prática bancária da educação:

> As que juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de "assistidos". São casos individuais, meros "marginalizados", que discrepam da fisionomia geral da sociedade. Os oprimidos, como casos individuais, são patologias da sociedade sã, que precisa, por isto mesmo, ajustá-lo a ela, mudando-lhes a mentalidade de homens ineptos e preguiçosos. (FREIRE, 1987, p. 60, grifo do autor)

Percebe-se que os alunos, nessa prática educativa, são chamados de ineptos e preguiçosos, pois o professor não se ocupa de fazê-los pensar, refletir sobre as coisas. Sua função era apresentar o conhecimento pronto e mostrar autoridade ao transmiti-lo, sem ponderar suas metodologias ou a aprendizagem dos alunos, diga-se de passagem, sobressaiam-se aqueles que conseguiam obter sucesso pelo próprio esforço. Em outras palavras, o professor apenas depositava as informações, sua função se restringia apenas na transmissão do saber. E é nessa medida que a educação bancária tinha uma postura conservadora, apenas contribuía para as desigualdades existentes entre os oprimidos e opressores.

Em suma, a concepção bancária, segundo Freire (1987), caracteriza-se pelo ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos. Tem-se uma visão nesse modelo educacional de que o professor é detentor de todo conhecimento e o aluno é aquele que nada sabe, apenas recebe.

Posteriormente, no início do período pós-moderno, surgiu um novo modelo educacional: a educação libertadora. E com ela emergiram indagações, questionamentos e incertezas. E tudo que se conhecia até então foi alvo de investigações, passando a ser flexível, inclusive, o conhecimento passou a ser um processo de construção, contínuo e inacabado. Assim, o desafio consistia em desmistificar a ideia do docente como a pessoa detentora do conhecimento.

> Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. Diante dos falsos pregadores da palavra, dos marketeiros, eles são os verdadeiros "amantes da sabedoria", os filósofos de que nos falava Sócrates. Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam juntos, um mundo mais justo, mas produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis. (GADOTTI, 2000 apud ROMANOWSKI 2007, p. 35, grifo do autor)

Na educação libertadora, na medida em que se busca servir o homem para a sua libertação, se caracteriza pela criticidade, flexibilidade e reflexão da ação do homem sobre a

realidade a qual está inserido. É uma educação que possibilita o sujeito refletir sobre o papel que exerce sua vivência na sociedade.

Nesse cenário educativo, o professor passou a assumir um novo papel, onde adquiriu a função de intermediador do processo de aprendizagem, em que a função é propiciar a construção do conhecimento pelo aluno. O educador contemporâneo ressurge com novos desafios e metas peculiares desse tempo pós-moderno, porquanto as demandas sociais foram re-estabelecidas.

São perceptíveis as várias transformações que perpassaram o mundo moderno, modificações econômicas, políticas e culturais, em função da internacionalização, da globalização mundial e do imponente avanço das tecnologias, concomitante com o processo de universalização da cultura, configurando, assim, um momento histórico, em que se deixa de ser apenas uma sociedade industrial, capitalista, passando a ser também uma sociedade da informação.

> A globalização, portanto, designa uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente. Esse termo sugere a idéia de movimentação intensa, ou seja, de que as pessoas estão ao meio a um acelerado processo de integração e de reestruturação capitalista. (LIBÂNEO, 2006 p. 51)

Assim, a escola com os seus sujeitos, onde se destaca o papel do professor, não estão isentos a este processo de mudança. Necessita-se, portanto, da valorização da formação do docente em que o estudante seja contemplado com meios que possibilitem o desenvolvimento das habilidades, inserindo o uso das tecnologias. Entende-se, que participante de uma educação libertadora, o docente deve conceber o conhecimento como inacabado, e os alunos como sujeitos críticos inseridos numa dada sociedade.

O indivíduo deve sempre estar diante por questionamentos e em busca dessas respostas. E o professor, diante dessa realidade, deve estar submergido na busca incessante do conhecimento, assumindo o papel de pesquisador e, concomitantemente, propiciar ao aluno momentos de investigação das respostas para as suas perguntas.

A importante destacar a criticidade impetrada pelo professor, pois a sociedade atual é repleta de contradições. As mensagens, as informações que a sociedade transmite a todo instante são representadas por valores muitos distintos, e o docente precisa desenvolver o espírito crítico para ter o discernimento das questões que são apresentadas no cenário educativo. Nessa conjuntura, o professor deve se perceber como um componente responsável pela constituição e mudanças da sociedade a qual ele se insere. O modelo crítico deve, assim, permear toda a sua prática pedagógica.

Outro desafio enfrentado pelo docente, atualmente, são as imposições da era da informação e do conhecimento. O professor é situado em circunstâncias que exigem muito mais do que o conhecimento, ele é levado a relacionar as informações para transformá-las em situações de aprendizagem a partir da vivência dos alunos. Em outros termos, o professor necessita ser crítico, reflexivo e flexível. Essas características possibilitam refletir sobre sua prática e admitir os procedimentos educativos inadequados, e, assim, buscar medidas que possam melhorar o desenvolvimento do seu trabalho. Nesse aspecto, Alarcão (2011, p. 26-27) analisa que:

> Entre as competências necessárias à vida na sociedade hodierna conta-se [...] a capacidade de utilizar a informação de modo rápido e flexível, o que coloca problemas ao nível do acesso, da avaliação e da gestão das informações, mas também da organização e ativação dos conhecimentos. Estes processos implicam a capacidade para lidar com a informação e os meios que a tornam acessível.

Desse modo, as ações críticas e reflexivas dos professores são transformadas em meios de facilitar a aprendizagem dos alunos, pois sua prática pedagógica volta-se para a interação e socialização das informações. O docente não se pode considerar como o único dono da verdade, assim, tão pouco poderá suscitar mudanças desejáveis. Segundo Alarcão (2011), a noção de professor reflexivo baseia-se na concepção e consciência de que o ser humano tem capacidade criativa e não pode ser considerado como mero reprodutor de ideias e práticas. “Os educadores brasileiros, como os educadores em outros países, sofreram a atração que resultou da conceptualização do professor como profissional reflexivo.” (ALARCÃO, 2011, p. 43)

No sentido amplo, o docente deve buscar interagir com toda a comunidade e buscar conhecer os problemas e dificuldades enfrentados por ela. Trazê-los para dentro da sala de aula por meio de uma discussão com seus alunos, a fim de buscar melhorias e soluções para os problemas, valorizando, assim, a realidade do aluno, ao mesmo tempo em que o coloca em uma análise e reflexão de suas dificuldades comunitárias. A importância de discutir os problemas sociais reside na explicação que a sociedade muda por meio das ações dos homens, e para que o indivíduo possa transformá-la, ele precisa, antes, conhecê-la.

Os docentes também são desafiados a exercerem uma integração igualmente dentro da própria instituição escolar com os seus colegas de trabalho, pois a falta dessa conexão entre esses membros propicia, no professor, um sentimento muito comum entre essa categoria, o de se perceberem como pequenos e frágeis. Esses pensamentos surgem quando há a realização do trabalho isolado, individual, desconexo.

Considera-se que a profissão docente passou e ainda passa por mudanças extremamente significativas. Nessas transformações, são perceptíveis fatores que beneficiaram o processo de ensino e aprendizagem ou, do contrário, que tornaram possíveis a banalização do saber, em que muitas vezes as crianças e os jovens são impostos a meios propiciadores de informações fragmentadas, deturpadas. Ao docente, portanto, cabe um novo papel mediante essas mudanças. Assim, é necessário que ele tenha uma preparação para agir nesse novo cenário e diante desses novos desafios contemporâneos.

Nota-se que o trabalho docente é uma tarefa complexa, pois é resultante de inúmeros fatores que perpassam ao longo dos anos, sofre influência do contexto social, cultural e, não menos importante, econômico. Por ser assim, a atividade docente, o seu fazer pedagógico, redireciona-se a partir das necessidades emergentes. E, além do contexto sociocultural, existe ainda a realidade dos alunos, que o professor deve considerar para que a aprendizagem seja, com efeito, significativa.

Por conseguinte, o professor, na função de educador, é um ser de inúmeros propósitos em sala de aula, desenvolve um trabalho muito além de ensinar conteúdos, pois as relações no espaço educativo permitem a manifestação de sentimentos e emoções, cognições e percepções, motivações e reações muito peculiares dessa profissão. É desta forma que ele constrói a sua identidade profissional: à medida que vai desenvolvendo seu trabalho concomitante ao processo de interação estabelecido com os alunos, escola, família e comunidade, onde se adapta à multiplicidade de situações, refletindo e reconstruindo suas idéias em relação ao processo de ensino e, consequentemente, suas práticas pedagógicas.

A dinamicidade na qual é construída a identidade do professor contemporâneo é de natureza complexa “[...] por acumular inovações e assimilar mudanças viabilizadoras de uma reformulação psico-social de cada docente, que os leva a sentir-se e a dizerem-se professores” (NÓVOA, 1992, p. 243). Em suma, a identidade profissional dos professores constrói-se e reconstrói-se ao longo das diferentes fases ou etapas de sua carreira e segundo um processo evolutivo, de natureza construtivista, determinando e sendo determinada pelas vivências do quotidiano pessoal e profissional de cada docente, considerando as transformações que passa o modelo educacional e sua formação docente.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO PARA A PRÁTICA EDUCATIVA

A formação docente é uma temática que está em proeminência no momento atual das discussões acerca da qualidade da educação brasileira, à medida que se percebe que não haverá ensino de qualidade, sem que o docente tenha uma formação adequada, haja vista que a formação especializada do docente influencia positivamente na prática educativa. Como corrobora Demo (2002, p. 72), "[...] qualidade da educação depende, em primeiro lugar, da qualidade do professor [...]".

Sobre a formação do professor, Silva (2000, p. 45) explica "Entende-se por formação do professor o processo de sua qualificação e atualização pedagógica." O autor afirma que a qualificação do professor pode ser considerada aquela que têm na universidade, em cursos de Pedagogia ou Licenciatura ou, ainda, em cursos de especialização e atualização pedagógica. São esses os espaços onde o docente pode construir sua formação, dentre outros, que servem para complementar as suas experiências, como mini-cursos, palestras, congressos e feiras educativas.

No sentido amplo, a educação é uma prática social humana, "[...] um fenômeno móvel, histórico, inconclusivo, que não pode ser captado na sua integralidade, senão na sua dialeticidade. [...] Cabe aí, na práxis do educador, realizar o estudo sistemático, específico, rigoroso da prática social da educação. (PIMENTA, 2006, 47). Cumpre ressaltar que a educação é um processo dialeticamente construído na relação com o outro. Assim, o educador necessita estabelecer contato com o aluno, no processo de ensino; com outros profissionais, para a troca de experiências; com a comunidade, para compreender e discutir os temas de relevância social; com os pais dos alunos, para conhecer a realidade e vivência do aluno e, consequentemente, com os funcionários da própria escola, para refletir sobre as práticas educativas e as particularidades desse conjunto escolar.

Ainda, nesse sentido, não se pode esperar um avanço significativo da educação sem ambicionar, a priori, uma formação adequada dos docentes. Pois somente com professores capacitados atuando é que se pode alcançar uma educação satisfatória. Compreende-se que o professor se constitui numa peça fundamental da escola, pois ele desempenha funções de extrema importância. É ele quem lida diretamente com os sujeitos do conhecimento, neste caso, os alunos. Portanto, faz-se necessário que ele possua uma formação de qualidade, como aponta Romanowski (2007, p. 99), ao afirmar que

> A preocupação com a formação de professores em função das políticas governamentais é recorrente, pois quem atua na prática escolar, possibilitando qualquer mudança ou inovação, a grosso modo, é o professor. Esse fato gera intensa discussão sobre a formação do docente da educação básica.

Portanto, a cada dia aumenta a necessidade das escolas constituírem em seu quadro de docentes profissionais providos de uma formação que os permita corresponderem às exigências do seu público. Contudo, no meio educacional ainda permeiam indagações no sentido de saber se existe, de fato, essa formação satisfatória, e em que momento ela pode ocorrer, se durante a Formação Inicial ou durante a Formação Continuada. Ou ainda, qual dessas formações é mais relevante. Porém, um ponto soma-se ao outro, pois em todas as fases de formação, seja ela Inicial ou Continuada, são importantes e necessárias para o processo educativo, e, por isso, devem constar como prioridades para a vida dos educadores.

Segundo Nóvoa (1992, p. 123), "[...] no Brasil diferentemente do que ocorreu na Europa, os primeiros cursos voltados para formação de docentes só surgirá em algumas capitais a partir de 1835". No entanto, é válido destacar que os cursos se realizavam em nível secundário e tinham a duração de, no máximo, dois anos. Ainda segundo o autor, a ampliação dos cursos para outras cidades, principalmente as situadas no interior, se deu somente em meados do século XX, também em nível secundário.

Foi a partir da LDB (Lei 9.394/96) que se passou a realizar a formação em nível superior, como é explicitado no seu artigo 62, em que se afirma que o nível superior torna-se uma exigência para o professor atuar no ensino fundamental. Compreende-se, então, que o docente oriundo do ensino superior muito pode contribuir para o processo de aprendizagem do aluno, pois se acredita que ele, ao concluir sua graduação, traz consigo conhecimentos fundamentados e sistematizados que podem contribuir para sua prática docente.

> Art. 62:
> A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRANDÃO, 2010, p. 32)

Portanto, segundo a LDB, o professor, para atuar na educação básica, deve possuir formação em nível superior na finalidade de oferecer melhores oportunidades de aprendizagem aos educandos. Assim, a formação dos docentes sofreu muitas mudanças com o surgimento da nova LDB e com as resoluções que a acompanharam.

Vale destacar, nesse sentido, que a escola, local de trabalho dos professores, passou também a ser um espaço de formação dos docentes. Pois, atualmente, entende-se que

não somente a Secretaria de Educação é responsável pela formação dos docentes, mas a própria instituição escolar também exerce essa função. Porquanto, a escola deve propiciar aos professores encontros de formação, formações voltadas para o lócus de trabalho do docente, contextualizando com a realidade da escola, do educador e, sobretudo, do educando.

Na visão de Charlier (2001, p. 101)

> A formação é um elemento de desenvolvimento pessoal e profissional do professor, mas ela também faz parte do investimento da instituição escolar em seu capital humano. Passar de uma concepção individual da formação para a de um investimento institucional significa conciliar imperativos individuais e projetos de grupo; significa considerar a formação como um co-investimento no âmbito de desenvolvimento do projeto do estabelecimento.

Nesse sentido, a escola torna-se um espaço de formação contínua dos docentes, que por meio das relações e socializações, o professor adquire conhecimentos, principalmente quando este faz uma reflexão coletiva de sua prática, em que os docentes compartilham suas ações a fim de divulgar iniciativas acertadas na sala de aula e, também, as que não aconteceram positivamente, na perspectiva de conhecer os empecilhos e planejar coletivamente ações que possam melhorar o processo, a fim de alcançar as metas estabelecidas.

Nos anos 90, houve no Brasil uma multiplicação de instituições formadoras, especialmente particulares que, até então, disponibilizava de um número bastante tímido de estabelecimentos públicos. Penin (2013) afirma que "[...] com a multiplicação de instituições formadoras, especialmente particulares, e de políticas de contenção dos salários dos professores das redes públicas, desenvolveu-se progressivamente o fenômeno da pauperização da profissão".

Entretanto, atualmente, o docente dotado de uma formação, seja ela Inicial ou Continuada, pode oferecer uma maior contribuição para a escola, especificamente para seus alunos, uma vez que nos cursos de graduação possibilita-se análises e discussões da realidade educacional brasileira subsidiada por teóricos e estudiosos da área, na qual lhe propiciarão embasamentos para a construção da sua prática.

É importante frisar que, apesar das possibilidades que uma Formação Inicial ou Continuada proporciona ao docente, não há uma única teoria educacional a ser seguida ou um único modelo de procedimento metodológico a ser adotado em sala de aula, pois cada realidade demanda uma postura diferente do educador. Além disso, destaca-se que os conhecimentos construídos nas formações não são garantias de soluções para os problemas decorrentes em sala de aula, mas contribuem para a formulação de idéias e hipóteses que

possam ser analisados adequadamente em cada situação, de acordo com a realidade vivenciada.

Assim, a busca incessante por conhecimentos deve ser uma ação constante na vida de cada profissional docente. O professor deve se manter sempre atualizado, de maneira que consiga acompanhar os avanços tecnológicos e científicos perpassados pela sociedade contemporânea. De acordo com Demo (2002, p. 83) "[...] mais que outros profissionais, o professor envelhece rápido, pois lida diretamente com a fonte principal da inovação, que é o conhecimento" Nesse sentido, é essencial que ele esteja em permanente atividade; que compreenda o conhecimento como um processo de transformação e inovação. Em outras palavras, o professor deve acompanhar a sociedade da informação, uma vez que os alunos são motivados pelos acontecimentos da sociedade moderna.

Nessa perspectiva, a formação pedagógica deve ser construída revestida de uma reflexão crítica. Cabe ao docente realizar uma análise sobre sua formação e entender que o processo de formação não é uma ação concluída, acabada. Mas, é um processo que deve atender à dinamicidade do conhecimento, pois a "[...] educação assume um caráter de permanente recomeço e renovação" (MARQUES, 2000, p. 208). Por ser assim, a prática docente também deve ser dinâmica, flexível, repleta de ideias, reflexões e discussões, ou seja, os professores devem considerar o ritmo dos educandos, suas características individuais, mas, sobretudo, devem propiciar uma aprendizagem significativa para a vida em sociedade.

Deste modo, o professor deve compreender o sentido que é dado para o ato de educar; necessita reconstruir e ponderar os limites do saber e do conhecimento. Assim, perceberá que estes terão que ser reavaliados e confrontados a cada novo momento. Conceitos surgem, mas tem o seu tempo de validade. Cabe ao docente discernir o momento adequado para renovar seus conhecimentos adequando-os à sua prática pedagógica.

3.1 Formação Inicial

A escola vem sendo alvo de várias exigências quanto à educação que ela se propõe a realizar. Contudo, para que ela cumpra efetivamente o seu papel, levando o aluno a obter uma experiência intelectual, é necessário que a instituição disponibilize de docentes qualificados, "[...] um educador escolar capaz de planejar, desenvolver e avaliar, de forma articulada, orgânica e permanente, seu próprio trabalho", (FUSARI, 1998, p. 533), mantidos por boa cultura e domínio dos conhecimentos, e procedimentos eficazes na sua realização.

A Formação Inicial do docente configura-se num mecanismo indispensável e de suma importância para o professor atuante no ensino fundamental. Pois tem grande influência na efetivação de uma educação de qualidade, considerando que o docente só é capaz de desempenhar a sua função de forma adequada na medida em que possui uma formação especializada.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a ação docente ganha maior preponderância ainda, pois é um período caracterizado como a base educacional, em que o aluno inicia seu primeiro contato com o conhecimento mais sistematizado, elaborado. Portanto, exige-se, também, uma formação especializada para estes professores, em que se exige que sejam, no mínimo, licenciados em Pedagogia, para que possam atender aos educandos.

Nessa conjuntura, a Formação Inicial é imperiosa, pois é a base em que é constituída a carreira do docente. Nessa etapa, ele terá contato com fontes teóricas que provavelmente não encontrará com tanta veemência em outra formação. O profissional da educação deve buscá-la de forma responsável e com qualidade, pois "[...] mais do que qualquer outro trabalhador, a sociedade demanda do professor uma formação primorosa". (DEMO, 2002, p. 79).

Portanto, a Formação Inicial configura-se como um processo único, dentro de um contexto singular que necessita considerar os desafios do mudo contemporâneo. Um processo que é influenciado pelas mudanças socioculturais. Compreende-se, assim, que os desafios impostos pela sociedade atual, especificamente os pautados sobre a educação, incidem sobre os cursos de formação pedagógica. Pois, é perceptível o grande desafio decorrido dos cursos de formação de professores da atualidade, em que os docentes objetivam disseminar saberes, mas, preterindo as práticas tradicionais, ou mesmo superando o senso comum pedagógico, visando corresponder às novas expectativas da sociedade sobre a escola contemporânea e inserindo os educandos no campo do saber científico.

Dessa forma, os cursos de formação pedagógica se veem diante de novas exigências que emergiram das necessidades de um novo contexto educacional: a formação de docentes que possam resignar paradigmas educativos ultrapassados em função de novas necessidades, bem como a sua inclusão no mundo da ciência e da tecnologia; ou ainda, a superação das insuficiências do livro didático e aproximação entre pesquisa e ensino. Nota-se que são exigidas do professor competências para atuar diante desses novos desafios. Melo (1982) apud Charlier (2001, p. 46-47) afirma:

> Por competência estou entendendo várias características que é importante indicar. Em primeiro lugar, o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse saber, de modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado pelo aluno. Em segundo lugar, uma visão relativamente integrada e articulada dos aspectos relevantes mais imediatos de sua própria prática, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da escola, desde a organização dos períodos de aula, passando por critérios de matrícula e agrupamentos de classe, até o currículo e os métodos de ensino. Em terceiro, uma compreensão das relações entre o preparo técnico que recebeu a organização da escola e os resultados de sua ação. Em quarto lugar, uma compreensão mais ampla das relações entre a escola e a sociedade, que passaria necessariamente pelas questões de suas condições de trabalho e de remuneração.

Portanto, ao docente cabe desenvolver suas competências para respaldar suas ações, a fim de atender às necessidades educacionais surgidas no contexto atual. É válido destacar, ainda, que as competências devem ser contextualizadas com a realidade educacional ao qual ele está inserido. E é nessa perspectiva que a formação do professor deve ser pautada nos possíveis desafios que encontrarão no ambiente escolar, ou mais especificamente, na sala de aula.

O professor convive em sala de aula com alunos em processo de socialização com situações muitos diferentes, muitas vezes, divergentes. Em todo caso, ele precisa assumir tarefas educativas básicas. Por isso, a inclusão e análises dos problemas educacionais e contemporâneos nos cursos de formação de professores contribuem significativamente na reflexão e tomada de decisão do profissional da educação. Nesse aspecto, Scarpato (2004, p. 103) considera que: "É oportuno verificar aspectos emocionais na assunção do papel prescrito de professor a quem são atribuídas qualidades ou expectativas em função das necessidades ou dificuldades."

O espaço de ação do professor exige competência, um conhecimento amplo, diversificado, recursos que contribuam para o seu desempenho profissional. Os cursos voltados para a formação de professores devem contemplar e refletir sobre as mudanças ocorridas no contexto social, pois a discussão desses fenômenos é fundamental para a formação da identidade profissional e construção do perfil docente.

Ademais, são nesses cursos que os futuros professores perceberem a defasagem entre a realidade apresentada nos livros e a realidade apresentada nas escolas públicas, no que se refere à qualidade do ensino oferecido pelo sistema de educação brasileiro. Assim, é possível perceber, na rotina de trabalho do professor, que ele desenvolve inúmeras funções. Christov (2001, p. 34) assegura que do professor, no seu ambiente de trabalho, adjacente ao seu público, é exigido funções tais como:

> Promover a aprendizagem dos alunos, reconhecendo a importância de envolvê-lo; mobilizar seus processos de pensamentos; explorar todas as dimensões e oportunidades de aprendizagem; fazer e refazer percursos; criar e renovar procedimentos, visando sempre seus alunos reais, que formam grupos com características próprias.

Há um constante movimento dialético entre as expectativas e emoções do professor com as do aluno, pois se encontram envolvidos numa relação de construção do conhecimento, em que a escola adquiri responsabilidade de oferecer condições para o aluno formar-se para ser um cidadão na sociedade, e o professor é o mediador dessa função.

Assim, na sua Formação Inicial, ele deve adquirir e aperfeiçoar as técnicas que propiciarão o exercício da mediação no processo de ensino e aprendizagem, em que dependerá do docente como estas serão usadas no seu cotidiano pedagógico, pois cada professor possui uma realidade de trabalho diferente e às vezes imprevisível. Em verdade, todo professor deve assegurar um planejamento criterioso, mesmo entendendo que em meio a suas práticas haverá sempre a presença de situações inesperadas, como afirma Scarpato (2004), ao considerar que a mediação do processo interacional do professor em sala de aula enfrenta obstáculos que exigem planejamento acertado de suas ações, pois há as situações imprevisíveis, que impõem adequações às necessidades apresentadas.

Destaca-se, então, que é necessário o ser humano, ao pretender ingressar na área da educação, tenha responsabilidade e comprometimento com a atividade escolhida para exercer, pois se trata de uma profissão que lida diretamente com a formação de cidadãos. Em muitas situações, percebe-se que alguns apresentam desinteresse, indisposição, falta de empenho ao frequentarem as aulas dos cursos de formação de professores. E em outros casos, muitos ingressam na área da docência unicamente por uma titulação, um certificado no final do curso. Esses fatos refletem negativamente na qualidade do ensino oferecido, principalmente, nas escolas públicas brasileiras, ou seja, são molas propulsoras para a baixa qualidade da formação inicial. Temática mormente discutida por estudiosos da educação brasileira.

De acordo com Freire (1997, p. 103) ”[...] o professor que não leva a sério sua formação, que não estuda, que não se esforça para estar à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe”. Portanto, a Formação Inicial do docente é uma etapa importantíssima. Por isso, para que ocorra de forma exitosa, é necessário que ele esteja disponível para as suas exigências.

É comum existirem dificuldades durante o processo, porém, essas não podem servir de empecilhos para a continuação de sua formação. A predisposição e a motivação

oriunda do professor são essenciais, posto que seu desenvolvimento depende também de sua postura frente ao conhecimento.

3.2 Formação Continuada

O termo Formação Continuada, como Estrela (2002) pondera, atualmente encontra-se em evidência, tanto nas salas universitárias, quanto em textos oficiais de autores especializados. Durante muito tempo, a expressão foi designada como treinamento, capacitação, aperfeiçoamento e/ou reciclagem, porém, limitava-se no sentido maior desta etapa da formação.

Sabe-se que, ao longo da vida, o processo de construção do conhecimento é organizado em várias fases com etapas distintas e complementares. Igualmente, a formação docente se realiza em etapas que permitem a progressão e amadurecimento das ideias, não menos importante, a atualização dos aspectos sociais e pedagógicos. Nesse sentido, destaca-se a relevância que o professor adquire, ao pertencer de uma área que envolve também a formação de pessoas; que ele possa discutir e facilitar as ciências necessárias para a formação integral do aluno.

Para tanto, a Formação Continuada, como meio de atualização e aperfeiçoamento do conhecimento, deve fazer parte das práticas pedagógicas dos educadores, não apenas para compreender o processo educativo ou as áreas do saber que são contempladas nas disciplinas, mas para refletir sobre o contexto educativo e os procedimentos adequados nas várias situações que surgem em sala de aula.

Em contraponto, muitos profissionais consideram a formação continuada como forma de recompensar a precariedade da formação inicial, tendo-a como uma educação compensatória. Mas, não se pode conceituá-la ou pensá-la como restauração para as inadequadas formações anteriores, uma vez que ela é uma forma de complementar, enriquecer e atualizar esses profissionais.

Independente do momento ou qualidade da Formação Inicial do docente é necessário que ele realize com frequência uma Formação Continuada, pois esta se configura como uma etapa essencial, na dinamicidade da própria profissão. Segundo Placco (2001, p. 26-27), a Formação Continuada é;

> Um processo complexo e multideterminado, que ganha materialidade em múltiplos espaço/atividades, não se restringindo a cursos e/ ou treinamentos, e que favorece a apropriação de conhecimentos, estimula a busca de outros saberes e introduz uma fecunda inquietação continua como o já conhecido, motivando viver a docência em toda a sua imponderabilidade, surpresa, criação e dialética com o novo.

A Formação Continuada se difere em vários aspectos da Formação Inicial, pois é um processo de manutenção e desenvolvimento das competências adquiridas pelo docente ao longo da sua vida, concomitante à necessidade de se manter atualizado e acompanhar o desenvolvimento e os avanços científicos.

Com efeito, o professor deve congregar as múltiplas informações, no campo educativo, e relacioná-las com a realidade dos alunos por meio de metodologias dinâmicas, interativas e, sobretudo, significativas. Nessa perspectiva, o educador necessita continuamente formar e reformular conceitos, para a adequação do ensino na sociedade moderna influenciada, sobremaneira, pelos sistemas econômicos, culturais ou tecnológicos.

Portanto, a Formação Continuada do professor pode ser entendida como um processo dinâmico, por meio do qual, situada no tempo e no espaço, um profissional vai adequando sua formação às exigências de sua atividade profissional.

Segundo a LDB nº 9.394/96

> Art. 63 - Os institutos superiores de educação manterão:
> I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental. (BRANDÃO, 2010, P. 142)
>
> Art. 67- Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes:
> II - aperfeiçoamento profissional continuado [...]. (BRANDÃO, 2010, P. 146)

Nesses artigos, situados na Lei que rege a educação básica, percebe-se a importância que é dada para a formação dos profissionais que atuam tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental. Ou seja, o exercício profissional nesse período deve ser de caráter formador, crítico, pois trata-se de uma educação necessária, básica, como a própria nomenclatura sugere, uma educação que é fundamental. Por conseguinte, no Art. 67, reafirma-se a necessidade do aperfeiçoamento dos docentes. Nota-se que no artigo essa é uma forma de valorizar os profissionais da educação.

Em outras palavras, a Formação Continuada do professor é uma necessidade emergente. Além dos profissionais que também fazem parte dos órgãos que compõem o sistema escolar, como as secretarias de educação, supervisores, gestores, funcionários de modo geral. A escola deve propiciar a inserção dos profissionais às novas formas atualizadas do conhecimento.

Segundo Alarcão (2011, p. 66), existe uma preocupação em "[...] caracterizar a natureza do conhecimento dos professores e sua manifestação na atividade profissional". Dessa forma, em relação ao conhecimento do professor, acredita-se que existam vários tipos de conhecimento, como o conhecimento pedagógico, científico-pedagógico, didático, profissional e conhecimento de conteúdo.

No que se refere aos tipos de conhecimentos mencionados acima, o conhecimento pedagógico é "[...] o domínio dos princípios genéricos comuns às várias disciplinas e que se manifestam na maneira como o professor organiza e gere as atividades de sala de aula." Ou seja, é a capacidade do professor em organizar suas atividades de acordo com as áreas de conhecimento, seus procedimentos metodológicos, objetivos e avaliação.

Em suma, os outros tipos de conhecimentos estão relacionados com as atividades cognitivas desenvolvidas nos contextos escolares com propósitos e finalidades específicas, como o modo que se organizam os conteúdos disciplinares, o conhecimento e domínio dos assuntos a serem explanados em sala de aula e o conhecimento sobre si mesmo, sua atuação, como faz, o que pensa, o que diz, ou seja, é o autoconhecimento, que segundo Alarcão (2011, p. 69) , "[...] é mola impulsionadora do seu desenvolvimento pessoal e profissional."

A autora pondera ainda que há várias teorias na tentativa de compreender a ação docente à luz de elementos cognitivos, na vertente prática, experiencial e contextualizada. E que essa preocupação pela caracterização do conhecimento profissional do professor têm sido sensíveis a vários investigadores, estudiosos, pois são contributos das diversas ciências para a construção do conhecimento profissional docente, tanto no sentido pedagógico quanto no conhecimento de conteúdo.

Ademais, Alarcão (2011) reflete que a presença e atuação do supervisor pedagógico, por meio de diálogos sobre a compreensão dos fenômenos educativos, das atribuições e potencialidades do professor é possível para que ele possa auxiliar o docente na construção do conhecimento pedagógico.

Segundo Pimenta (2006), os problemas da educação não são apenas internos ao processo de formação, mas são consequências da não priorização do Estado na formação de professores, pela falta de políticas educacionais consistentes, a desvalorização social da profissão do magistério e desinteresse das universidades pela problemática da educação básica e formação de professores.

É perceptível numa comunidade local os indivíduos apontarem os problemas sociais, especificamente relacionados à educação, para os setores mais próximos a eles, como os governos municipais ou secretarias de educação ou para a instituição de ensino. Entretanto,

estes setores formam apenas uma parte do conjunto maior, uma parcela do sistema educacional brasileiro, eles não são os únicos responsáveis pela formação dos professores.

Ademais, existem vários mecanismos que podem contribuir para a mobilização social referente à essa discussão. “[...] Os sindicatos de professores também deve contribuir com esta ação, pois esta entidade se configura como representativa dos docentes diante do estado e sociedade”. (ESTRELA, 2002, p. 192). Logo, a Formação Continuada dos docentes não pode ser vista como um processo estritamente individual, considerando que influi interesses diversos, advindos de órgãos competentes, entidades e da própria comunidade local.

Portanto, considerando que é na Formação Continuada que os professores terão maior respaldo para a sua prática docente, e que é uma profissão que exige uma infindável busca do conhecimento, pois se vive na sociedade da informação, é necessário apoio de todos os órgãos envolvidos no contexto social e educativo, principalmente, é necessária a disposição dos professores para prosseguir nos estudos, na busca pelo conhecimento, atualização, profissionalização e competência pedagógica.

4 CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A AÇÃO DOCENTE E APRENDIZADO DOS EDUCANDOS

Atualmente, a prática educativa situa-se como um conjunto de conhecimentos pedagógicos e esclarecedores, com papéis relevantes para o contexto social. Não obstante, percebe-se muitas contradições nas práticas da maioria dos docentes, oriundas dos desafios encontrados em diversas situações no ambiente escolar, por exemplo, na construção de um projeto educativo no qual a teoria esteja vinculada à prática.

Assim, relacionar teoria e prática consiste em um grande desafio dos docentes na atualidade. É compreensível que toda prática é vinculada a uma teoria, mas, o que acontece, em muitas situações, é que a teoria desenvolvida para uma determinada causa ou problema encontra entraves na sua concretização. Dessa forma, a prática docente torna-se um trabalho complexo, pois não encontra na sua execução uma única teoria ou uma teoria definida. Em verdade, ela corresponde a um conjunto de ações desenvolvidas por várias teorias, condicionadas ao tempo e ao espaço. Para Carlini, et al (2004, p. 29, grifo dos autores)

> [...] não é possível acreditar que exista *o melhor* procedimento de ensino. Cada procedimento dever ser selecionado em função dos objetivos e conteúdos d ensino que o professor pretende realizar, considerando especificamente o grupo de alunos com que trabalha e o momento do processo ensino-aprendizagem que desenvolvem.

Compreende-se, então, que a prática docente é um trabalho excepcionalmente humano, pois depende das suas percepções, das suas inferências. É construído por sujeitos inseridos em um espaço histórico e socialmente localizado. Nessa perspectiva, torna-se essencial compreender o trabalho como uma dimensão fundamental na vida humana, capaz de transformar qualitativamente o meio, tanto em seus aspectos objetivos como subjetivos.

Portanto, o docente por meio de sua prática pode contribuir, ou não, com o meio educacional ao qual está inserido. Cabe a ele buscar corresponder às demandas sociais, não apenas pelas determinações da gestão da escola ou da secretaria de educação, mas, principalmente, pelos seus alunos que esperam adquirir o conhecimento necessário para seu desenvolvimento integral, e com auxílio do professor. Pois, o professor, por meio de suas aulas e do seu ambiente de trabalho, é que organiza, planeja e estabelece ações que possam mobilizar os sujeitos para pensarem e agirem na sociedade.

O professor, com sua tarefa de ensinar, deve assumir a convicção do papel que exerce quando está na sala de aula, com seus alunos, descobrindo conhecimentos. Cabe a ele entender o quão importante é a sua função. “O professor deve sempre conservar em sua mente

a noção maior de que ele é, mais do que tudo, um agente promotor da educação e que é, portanto, um educador" (AYRES, 2011, p. 19)

Além disso, Silva (2000, p. 52) considera que: "A maneira de estimular adequadamente o aluno marginalizado na sociedade em vez de discriminá-lo e, com isso, piorar a sua situação de marginalidade, passa pela maneira de a escola receber esse aluno e de o professor tratá-lo no cotidiano da escola." Dessa maneira, o autor atribui responsabilidade também ao docente pelo fracasso ou o êxito escolar dos alunos.

Nesse sentido, torna-se essencial o professor desenvolver sua prática a partir da manifestação dos alunos. Considerá-los sujeitos ativos do conhecimento é fundamental para estimular e provocar a manifestação dos sentimentos, das vontades e dos receios que eles apresentam timidamente. Essa estratégia do professor contribui significativamente para a percepção e avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos no decorrer das aulas.

Outrossim, perceber os componentes disponíveis e favoráveis à realização de sua aula é imprescindível para uma aula exitosa. O docente precisa ser dinâmico e criar situações que instigue os alunos a participar e interagir. Outro fator importante nesse processo é o ambiente onde acontece o trabalho docente: a sala de aula.

A sala de aula é o território em que se demarca o campo privilegiado da prática docente. É a referência física, ou, propriamente, a área física e situacional do exercício profissional do professor na sua atividade clássica do ensino: a aula. As atividades pedagógicas de sala de aula devem ser uma ação planejada, tendo como princípios, ação-reflexão-ação, para que possa favorecer o processo de construção e descoberta de novos conhecimentos.

Para Shon (1997) apud Charlier (2001), a utilização da expressão reflexão na ação propicia ao professor a reformulação de suas práticas no decorrer de uma intervenção profissional. A realização da "reflexão sobre a reflexão-ação, possibilita a investigação de sua prática de ensino, levando-a à transformação."

O professor, no exercício da docência, deve refletir constantemente sobre seu papel, não apenas como um mero emissor em sala de aula, mas como um educador, um formador de opiniões. Com efeito, a autoavaliação do docente é essencial na busca dos objetivos propostos no cotidiano escolar. Portanto, a constante reflexão do professor, a busca de recursos ou procedimento metodológicos que possam contribuir na aprendizagem dos alunos é de grande relevância na construção de sua prática pedagógica, como afirma Zabalza (1994) sobre a prática reflexiva do educador:

> O autoconhecimento (a consciência) postula-se como componente básica do fazer prático docente. Os professores serão tanto melhores profissionais, quanto mais refletirem sobre suas intervenções [...]. A reflexão sobre a própria prática, a introdução de propostas reflexivas na ação didática faz com que saiamos de um terreno de certezas dadas por outros e de rotinas comportamentais, etc., para passarmos a um terreno de tomada de decisão, de debate, de seguranças, de criação [...]. (ZABALZA, 1994, p. 65, grifo do autor)

O autor salienta, nesse contexto, que o trabalho docente deve estar alicerçado em uma proposta de busca constante do conhecimento junto à reflexão do cotidiano escolar, do fazer pedagógico, possibilitando uma intervenção consciente e qualificada. Na ótica de Pimenta (1994, p. 83 apud Ribeiro, 2002, p. 246, grifo da autora), "[...] a atividade docente é práxis [isto é] prática, reflexão teórica e prática refletida, analisada e contextualizada". E isso implica também na formação do docente, tanto a Inicial quanto a Continuada, pois ambas giram em torno da prática docente, assim como toda prática pedagógica do professor na instituição escolar.

Segundo Gómez (1995) apud Christov (1998, p. 10-11), "[...] é preciso partir da análise das práticas dos professores quando enfrentam problemas complexos da vida escolar, para compreensão do modo como utilizam o conhecimento científico, como resolvem situações incertas e desconhecidas". Assim, perceber, reconhecer, analisar, avaliar o trabalho docente é uma forma de reconhecê-lo dentro da prática educativa como um processo construtivo e dinâmico da formação humana.

Nesse sentido, a construção das teorias educacionais de cada docente só é possível na medida em que ele se dispõe a questionar sua própria prática. Esse é um processo que visa relacionar a sua prática com uma determinada teoria. Na rotina escolar, no dia a dia do professor, em seu fazer pedagógico, o conhecimento se transforma em ação e a ação se transforma em conhecimento.

O processo de reflexão precisa, de fato, fazer parte da vida do professor, pois é através da reflexão de sua prática pedagógica que é possível produzir o conhecimento que sustente sua postura prática frente aos alunos e a própria escola. É na reflexão, também, que o professor percebe o ambiente de trabalho e o sentido de sua ação, principalmente dentro da sala de aula. Consequentemente, suas ações devem possibilitar ao aluno entrar em contato com o conhecimento sistematizado, compreendendo-o em suas bases atuais, questioná-lo e levantar hipóteses alternativas sobre ele, para que avance a cada dia. Então, esse processo deve possibilitar ao aluno organizar seu pensamento e suas ideais sobre o conhecimento elaborado, fazer relação dele com os acontecimentos da sociedade atual e com a sua própria realidade.

> [...] Não há formula pronta ou consagrada. De qualquer modo, é desejável que o aluno vivencie um processo de apropriação significativa dos novos conhecimentos, relacionando-os a conhecimentos e experiências anteriores, e apoiados em suas necessidades humanas. (SCARPATO, 2004, p. 30)

Ao professor, cabe a responsabilidade de construir junto ao aluno conhecimentos verdadeiramente significativos, que ultrapassem os muros da escola. Ou seja, construir saberes que possam contribuir com a realidade do aluno, instigá-lo ao desejo pela busca do conhecimento, da pesquisa. Com efeito, na medida em que o aluno observa, analisa, investiga e avalia, ele consegue construir o seu próprio conhecimento, transpor limites e adaptar-se ao mundo moderno e competitivo.

Observa-se que o professor, na atualidade, precisa considerar as múltiplas habilidades que os alunos possuem. Essa constatação pode acontecer por meio de suas experiências ou baseada em teorias de pesquisadores da educação. Algumas questões que envolvem o professor de forma mais direta com o aluno são analisadas por vários estudiosos, como por exemplo, questões relacionadas à aprendizagem escolar desses alunos, bem como os fatores que fazem parte desse processo, procedimentos de ensino e avaliação.

Torna-se importante, assim, que o docente conheça sua turma e verifique se determinadas procedimentos são adequados. Ou, ainda, ter os conhecimentos necessários e que satisfaçam à realidade de sua respectiva turma. Adequar o ensino à realidade do educando é uma estratégia que só é possível na medida em que o professor busca conhecer o seu alunado. Para tanto, é necessário que ele esteja atento, observando possíveis mudanças no desempenho escolar, na ação que pode contribuir para a elaboração de estratégias que visam contribuir com o aprendizado do aluno.

Nesse sentido, de acordo com Knüppe (2006, p. 281), "[...] o papel do professor não é o de influenciar o aluno quanto as suas habilidades, conhecimentos e atitudes, mas o de facilitar a construção por parte deles do processo de formação [...]". Diante dessa idéia, o professor torna-se, com realmente, o mediador do conhecimento, o facilitador do aprendizado. Para o autor, quanto mais consciente for o professor, com relação à motivação, melhor será aprendizagem dos seus alunos.

Vale ressaltar, dessa maneira, que a motivação do aluno no âmbito escolar consiste em mais um desafio ao docente, que rotineiramente utiliza metodologias para favorecer, ou não, o aprendizado de seus alunos. O desafio aumenta consideravelmente quando o aluno resigna o aprendizado, quando ele faz objeções quanto ao ato de conhecer, de aprender. Dessa forma, o docente terá uma função acrescida, a de auxiliar o aluno na busca

pela motivação. E para esse fato, vale rememorar que o docente precisa conhecer a história de visa desse aluno.

Alguns estudiosos consideram que a desmotivação dos alunos é oriunda de vários fatores, podendo ser externos ou internos. É observável que, em muitos casos, a desmotivação se dá em função do dia a dia do educando, do trabalho, problemas familiares ou por falta de perspectiva de vida, em que não veem na escola oportunidades para alcançar futuramente um sucesso profissional e/ou pessoal. Nesse contexto Knüppe (2006. p. 286) salienta que

> A desmotivação gera graves conseqüências, como repetência e evasão escolar. Nas escolas públicas muitas crianças, por repetirem várias vezes à mesma série, optam por sair da escola, ingressar no mundo do trabalho, o qual traz um retorno financeiro causando assim evasão escolar nas escolas.

Entretanto, buscar mecanismos que favoreça a motivação do educando não é uma tarefa fácil. Não obstante, torna-se imprescindível a busca de meios que possam colaborar com a permanência dos alunos, pois, de certo modo, essa tentativa pode, possivelmente, contribuir no envolvimento dos alunos, quando se busca realizar atividades que desperte a vontade dos alunos de estar na escola e interesse em estudar.

Percebe-se que muitos dos problemas surgidos no contexto educacional geralmente estão ligados aos fatores sociais. Muitas vezes, são influências do sistema social, capitalista, competitivo e excludente. Em todo caso, o professor, além de possuir o domínio dos conteúdos, os conhecimentos pedagógicos e científicos, ele tem que saber articular, organizar e provocar o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos, para a discussão dos problemas sociais. Também deve tentar manter o equilíbrio emocional, afetivo e psicológico dos estudantes. Nessas circunstâncias são percebidos os diversos papéis do profissional docente.

Outro ponto de destaque importante é a inclusão das novas tecnologias no contexto educacional. A tecnologia, na qual se tem o computador como principal elemento, necessita ser tratada como uma forma inegável da evolução do saber humano. Sendo assim, no ambiente escolar, o educar precisa readequar sua prática, utilizando os recursos tecnológicos como importantes ferramentas pedagógicas. Nesse ponto, mais uma vez o professor deverá reavaliar seus conhecimentos, uma vez que as novas tecnologias estão presentes em toda parte, principalmente na vida do educando.

É importante ressaltar que o computador é um recurso necessário na formação do aluno, mas não chega a ser exatamente um solucionador dos problemas, e não deve ser visto como o único método a ser utilizado. “[...] As primeiras recomendações são feitas no sentido

de que as atividades de informática na educação sejam orientadas por valores culturais, políticos e pedagógicos da realidade brasileira" (OLIVEIRA, 2006, p. 17)

Vale destacar, então, que mesmo quando o educador, na sua prática educativa, não inclui os meios tecnológicos, os estudantes veem esses recursos em outros grupos sociais, como em casa ou com os amigos. Às vezes, com finalidades divergentes das que a escola propõe. Assim, é necessário compreender que, se a escola não se relaciona com estas ferramentas, o aluno vai buscar interação mesmo fora da instituição, muitas vezes, de forma errônea e para fins não educativos ou úteis para a sua vivência na sociedade.

Nessa perspectiva é que a LDB (Lei 9394/96), nos Art. 35 e 36, expressa as finalidades da educação em permitir que o educando compreenda e faça uso das tecnologias nos espaços escolares, pois são conhecimentos que presidem a história da vida moderna e que, portanto, são fundamentais para a vida do aluno em sociedade.

> Art. 35
> IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina; (BRANDÃO, 2010, p. 94)

> Art. 36 e § 1º
> I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; (BRANDÃO, 2010, p. 96)

Assim, o indivíduo que não tem acesso a esses mecanismos em casa, na família ou com os amigos, entende a escola como um espaço de promoção desses conhecimentos tecnológicos, que lhes dará condições para ampliar suas potencialidades e inserção no mundo tecnológico. A escola é um espaço propício para que os alunos, principalmente aqueles desprovidos de recursos financeiros, tenham acesso ao mundo digital. As novas tecnologias da informática e da comunicação são preferências dos educandos, em que a utilização dessas ferramentas, com a mediação do professor, adentra o espaço escolar revolucionando a vida da criança, do jovem, do professor, todos envolvidos na busca e construção do conhecimento.

Portanto, a prática educativa do docente, no sentido mais amplo de sua atuação, deve contemplar uma diversidade de recursos pedagógicos. A sua metodologia, seus procedimentos de ensino, conteúdos, objetivos e avaliação devem correlacionar aos anseios do próprio educando ou as demandas da sociedade. Além disso, seus conhecimentos científicos, pedagógicos e de conteúdos devem estar numa dinâmica constante de atualização, devem ser administrados visando à aprendizagem significante do estudante, não menos importante, uma aprendizagem para o desenvolvimento crítico sobre a realidade contemporânea.

5 MÉTODO

Atualmente, grande parte dos especialistas faz distinção entre método e métodos. Considera-se que a distinção está na sua natureza filosófica, seu grau de abstração ou sua finalidade mais ou menos explicativa, na realização das etapas ou no momento em que se situam. “[...] o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade [...]”. (LAKATOS, 2013)

Desse modo, a autora define que o método de abordagem é quando engloba o método indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e o método dialético. Por outro lado, existem os métodos de procedimento, que “[...] constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos.” (LAKATOS, 2013). Nesse sentido, os métodos de procedimento pressupõem uma atividade concreta em relação ao objeto estudado e estão restritos a um campo de estudo, ou seja, há um campo a ser estudado mediante a sua própria realidade. Os principais métodos de procedimento citados pela autora são: histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, etnográfico, dentre outros.

Desse modo, a partir dessas definições, considera-se que essa pesquisa foi desenvolvida por meio dos métodos de procedimentos denominados monográfico ou estudo de caso, pois foi um estudo realizado especificamente em uma escola a partir de uma problemática concreta que surgiu na mesma.

5.1Tipo de pesquisa

Ao delimitar-se o tema da pesquisa, ela foi dividida em duas etapas diferentes, mas paralelas e complementares: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A princípio, partiu-se para o levantamento do material bibliográfico, em que consistiu um estudo acerca dos teóricos que abordam ou que analisam a prática docente, em especial, no ensino fundamental.

No segundo momento, realizou-se a pesquisa de campo, que segundo Trivinos (2010, p. 154), é “[...] entendida como todas as observações e reflexões que se realiza sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas [...]”. Nesse sentido, a pesquisa de campo envolveu o contato direto dos pesquisadores com o objeto que se pretendia analisar, concomitante com as análises e menções de alguns autores sobre o assunto em questão. Para tanto, utilizou-se

diferentes recursos na intenção de variar os procedimentos da pesquisa e alcançar resultados satisfatórios.

5.2 Campo de estudo

A pesquisa foi realizada no município de Chapadinha, situada a 250 quilômetros da capital de São Luís – MA, localizado na mesorregião do leste maranhense, onde compõem com outros dezesseis municípios, a microrregião do Baixo – Parnaíba. Respectivamente, nesse município está localizada a escola na qual foi realizada essa pesquisa: Unidade Escolar Caminho do Saber[1].

A escola, que serviu como campo de estudo, pertence à rede pública municipal de ensino e situa-se próximo ao centro da cidade. Ela atende a uma clientela bastante diversificada, tanto do ponto de vista cultural quanto do socioeconômico. Em geral, são filhos de famílias carentes, lavradores, desempregados e beneficiários dos programas do Governo Federal. Alguns também são filhos de analfabetos (CHAPADINHA, 2010). Sendo estes uns dos motivos da pouca presença da família na escola, o que dificulta a relação entre ambas as instituições. Pois, acredita-se que quando a família se ausenta da escola, o processo de aprendizagem do aluno tende a sofrer declínios, pois a inserção da base familiar no estabelecimento de ensino contribui bastante para a realização de um trabalho conjunto entre escola e família e, portanto, um processo de ensino e aprendizagem significativa.

A Unidade Escolar Caminho do Saber, de acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP:

> Foi fundada em 10 de maio de 1975, conforme a Lei nº 420, e funciona nos três turnos: matutino de 1º ao 6º ano, vespertino de 6º ao 9º ano e no noturno, a educação de Jovens e Adultos – EJA de 1º ao 9º ano. Possui 8 salas de aulas, 1 laboratório de informática, 1 diretoria, 1 cantina, 1 sala para os professores, 4 banheiros e 1 depósito. (CHAPADINHA, 2010, p. 15)

Além disso, segundo o gestor da escola alvo, o PPP encontra-se desatualizado, por motivos administrativos: mudanças de gestão e supervisão da escola. Por essas circunstâncias, as alunas pesquisadoras estabeleceram, também, contatos informais, como observações e diálogos, para que se pudesse perceber aspectos contextuais da escola na atualidade.

Desse modo, segundo o gestor, atualmente, quanto à organização administrativa e pedagógica, a escola dispõe de 62 (sessenta e dois) funcionários: sendo 01(um) gestor, 04

[1] Escola com nome fictício para preservar a identidade da mesma.

(quatro) agentes administrativos, 03 (três) assistentes de direção, 03(três) especialistas, 04 (quatro) professores na secretaria, 08 (oito) auxiliares de serviços gerais e 04 (quatro) vigias. O quadro de professores é composto por 32 (trinta e dois) docentes com os seguintes níveis de escolaridade: 26 (vinte e seis) com nível superior completo e 6 (seis) ainda cursando. Esse é o quadro de funcionário dessa escola, profissionais que contribuem de alguma forma para o processo de ensino da instituição.

5.3 População e amostra

No que concerne à população e a amostra, antes, faz-se necessário compreender a definição de ambos os termos. Lakatos (2013) define que população ou universo "[...] é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]". Nesse sentido, a população constitui um conjunto de pessoas que apresentam características próprias e que é o público alvo de uma pesquisa de campo.

Portanto, em uma pesquisa de campo faz-se necessário delimitar o universo da pesquisa, uma vez que "[...] a delimitação do universo consiste em explicar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisadas, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc." (LAKATOS, 2013). Assim, essa delimitação permite conhecer o público alvo da pesquisa.

Nesse conjunto de pessoas que compõe o universo da pesquisa, há um subconjunto, que corresponde à quantidade de pessoas, ou seja, uma parte limitada de pessoas que servirão como alvo da pesquisa, assim, tem-se a amostra "[...] O conceito de amostra é que a mesma constitui uma porção ou parcela, convenientemente selecionadas do universo (população); é um subconjunto do universo. [...]" (LAKATOS, 2013). Assim, a amostra não abrange a totalidade dos componentes do universo, mas apenas uma parte dessa população.

Dessa forma, a população dessa pesquisa monográfica é composta pela categoria docente e supervisor. São profissionais que trabalham na rede pública municipal de ensino do município de Chapadinha. E, para a amostra, foram utilizados como público alvo 5 (cinco) professores que atuam do 1º ao 5º ano no turno matutino, um professor de cada turma, considerando que aos referidos profissionais cabe a função de propiciar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Pretendeu-se, portanto, observar e perceber as concepções e fundamentos educativos no que concerne o tema pesquisado, que é de suma importância. É mediante a ação

desses docentes que se obtêm os resultados positivos ou negativos referentes ao processo educativo no âmbito escolar.

Igualmente, o supervisor da escola também foi concebido parte integrante da amostra da pesquisa, porque ele faz parte do conjunto escolar, é ele quem desempenha funções importantes junto aos docentes, auxiliando-os na sua prática.

5.4 Instrumento

Para a pesquisa, qualificada como bibliográfica e de campo, utilizou-se instrumentos diversificados na coleta de dados. Na pesquisa bibliográfica, utilizou-se material impresso e eletrônico, como livros e artigos. A pesquisa de campo, por sua vez, foi feita a partir uma observação e questionários. Segundo Lakatos (2011, p. 276), nesse tipo de pesquisa, por meio de observação, "[...] o pesquisador entra em contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem integrar-se a ela".

Assim, as alunas pesquisadoras participaram da comunidade campo de pesquisa sem manifestar participação efetiva. Porém, determinada ação ocorreu de forma sistemática, utilizando como instrumento investigativo um questionário com perguntas abertas.

5.5 Procedimentos de coleta de dados

Os procedimentos, também denominados por Lakatos (2013) de técnicas, "[...] são considerados um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência. [...] correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados." Segundo a autora, são divididas em documentação indireta e documentação direta.

A documentação indireta envolve a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica e a documentação direta pode ser por meio de observação direta intensiva como, por exemplo, observação, entrevistas ou por meio da observação direta extensiva, apresentando, assim, os questionários "[...] constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escritos e sem a presença do pesquisador [...]." (LAKATOS, 2013), ou por meio de formulários, testes e análise de conteúdos.

> Observação - utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Poder ser: Sistemática, Assistemática; Participante; Não Participante; Individual, em Equipe; na Vida Real, em Laboratório. (LAKATOS, 2013)

Dentre os procedimentos citados, a presente pesquisa optou realizar por meio da documentação indireta - pesquisa bibliográfica – e documentação direta – mediante a observação assistemática e não participante, além da aplicação de questionários.

O estudo foi feito em uma ótica em que os integrantes da amostra da pesquisa tiveram total liberdade para manifestar livremente suas opiniões e sentimentos. Enfim, todos os docentes e o supervisor participante da pesquisa tiveram livre-arbítrio e privacidade para expressarem suas opiniões acerca do tema abordado. Portanto, as respostas apresentadas consistem, de fato, nas ideias e concepções advindas do público alvo da pesquisa, sem nenhuma interferência ou influências dos pesquisadores.

5.6 Procedimentos de análise de dados

Os dados foram analisados de forma qualitativa. Pois, no que concerne a análise qualitativa, a maior relevância não são os números ou quantidade de casos percebidos, mas uma observação criteriosa e profunda, uma vez que o aspecto qualitativo "[...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano" (LAKATOS, 2011, p. 269).

Portanto, esta pesquisa monográfica apresenta uma análise mais específica acerca do tema estudado, particularizando as informações obtidas. Vale destacar, ainda, que na análise da pesquisa, os docentes que fizeram parte da amostra da pesquisa são classificados como professores A, B, C, D, E, no intuito de preservar a identidade deles.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

6.1 Perfil dos participantes

Os sujeitos participantes da pesquisa são todos profissionais que atuam na rede pública municipal de ensino do município de Chapadinha; docentes que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental e o supervisor da referida escola. Vale destacar que o supervisor atua apenas alguns meses. Todos – professores e supervisor - têm idade que variam entre 25 a 35 anos. Os professores são graduados em Pedagogia e o supervisor é graduando, ou seja, está cursando o mesmo curso.

6.2 Visão dos professores sobre a prática pedagógica

A pesquisa, que teve como objetivo compreender como as práticas educativas estão sendo desenvolvidas para a transformação da ação docente e melhorias do aprendizado dos educandos, foi realizada na escola Unidade Integrada Caminho do Saber. Fez-se uma análise do papel que o educador exerce no processo educativo, suas práticas pedagógicas para uma ação docente que corresponda às exigências da sociedade contemporânea, configurando em uma importante reflexão do professor no âmbito socioeducativo.

Nesse contexto, buscou-se conhecer a visão dos docentes sobre a prática educativa e o papel do professor no contexto escolar, por meio de questionários aplicados aos professores (Apêndice A). A princípio, buscou-se saber dos docentes os que eles entendiam por prática educativa, considerando a importância do conhecimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa acerca do tema. Assim, obtiveram-se as seguintes respostas:

Tabela 1: O que você entende por prática educativa?

Professores	Respostas
A	É o trabalho do professor na sala de aula
B	São as práticas do professor que contribuem com aprendizado do educando e os prepara para agir na sociedade.
C	São as atividades diárias do professor na sala de aula.
D	Prática é um conjunto de conhecimentos adquiridos na formação.
E	São conhecimentos oriundos da formação a serviço da ação.

Segundo os professores A e C, a prática educativa consiste na ação docente no fazer pedagógico. Portanto, os professores conceituam a prática educativa como ações que o

professor desempenha dentro da escola, especificamente na sala de aula junto aos seus alunos, auxiliando-os no processo de aprendizagem.

Percebe-se que o professor B salienta que as práticas educativas do docente devem favorecer a construção dos conhecimentos dos alunos, que os preparem para a sua vivência na sociedade. Compreende-se, assim, que o ensino deve ser contextualizado com a realidade a qual o aluno está inserido, pois, atualmente, vive-se um novo momento na sociedade, onde as informações são veiculadas com muita velocidade. Essas circunstâncias exigem dos alunos conhecimentos especializados, sistematizados, para que eles possam participar coerentemente das transformações que acontecem na sociedade.

Segundo Zabala (1998, p. 14),

> [...] na sala de aula acontecem muitas coisas ao mesmo tempo, rapidamente de forma imprevista, e, durante muito tempo, o que faz com que se considere difícil, quando não impossível, é a tentativa de encontrar referências ou modelos para racionalizar a prática educativa.

Nesse sentido, entende-se que as práticas educativas dos docentes necessitam serem reavaliadas. É necessário que os professores tenham conhecimentos teóricos dos processos educativos, mas, não menos importante, o professor deve também analisar e perceber algumas peculiaridades na rotina escolar; perceber, criteriosamente, os movimentos da sala de aula, as expressões dos alunos nos momentos distintos de convivência escolar. Em suma, em vez de buscar modelos prontos, definidos, o docente deveria fundamentar suas práticas também a partir do que ele percebe no dia a dia da escola.

Os professores D e E relacionaram a prática educativa com a formação do educador. Segundo eles, os conhecimentos adquiridos na formação, seja ela inicial ou continuada, devem estar a serviço da ação do professor na sala de aula. Pois, a interação entre a teoria e a prática é essencial, ambas se completam no trabalho docente, uma não acontece distante da outra. Dessa forma, analisa-se que cabe ao docente saber relacionar a sua prática com as teorias adquiridas na formação.

Perguntou-se, ainda, se os docentes usavam diferentes recursos pedagógicos para o desenvolvimento de sua prática. Em caso de resposta positiva, pediu-se que justificassem suas afirmações. Foram obtidas as seguintes repostas:

Tabela 2: Na sua prática educativa você utiliza diferentes recursos pedagógicos? Se a resposta for positiva, quais recursos? Justifique.

Professores	Respostas
A	Sim. Procuro sempre inovar minha prática.
B	Sim. Na medida do possível, pois a escola disponibiliza poucos recursos para os docentes.
C	Sim. Sempre trago algo novo nas minhas aulas.
D	Sim. Busco variadas formas de transmitir os conteúdos.
E	Sim. Apesar das poucas alternativas existentes na escola.

Segundo os professores A, C, e D, a busca por recursos inovadores na efetivação de sua prática é constante. Por outro lado, apesar de os professores B e E, afirmarem empregar também novos recursos no desenvolvimento de suas aulas, revelaram a insatisfação por a escola disponibilizar poucos recursos pedagógicos para os docentes.

Os professores, imprescindivelmente, devem usar a criatividade para instigar o aluno na construção do conhecimento. A motivação, a dinamicidade e a ludicidade são exemplos de elementos impulsionadores da busca pelo saber. Assim, além dos aspectos afetivos e emotivos, os docentes devem envolver os alunos em situações formais e sistemáticas do conhecimento. Portanto, a utilização de recursos pedagógicos inovadores são fortes aliados nessa situação de predisposição do saber.

Em verdade, a escola precisa apoiar os professores, propiciar condições para melhorarem suas práticas. Tornar a aula cada vez mais interessante é atualmente um desafio do professor, que veem nos recursos pedagógicos uma oportunidade de tornar as aulas mais atrativas e proporcionar um aprendizado significativo por parte dos alunos. Assim, a escola também participa desse processo e deve viabilizar um ensino de qualidade na escola, oferecendo condições para o uso de recursos pedagógicos informatizados, atrativos e atuais.

Ressalta-se ainda que, embora a escola tenha papel importante na transformação do sujeito e na formação do cidadão, o professor é o principal mediador e ele pode variar e dinamizar suas aulas, mesmo quando a escola não oferece essas condições.

Dentre inúmeras possibilidades de inovação da aula, diga-se de passagem, o docente tem à sua disposição, atualmente, diversos jogos educativos que propiciam aos educandos aprendizagens de forma interativa. Na alfabetização, por exemplo, eles podem ser agregados nos procedimentos de ensino, possibilitando aos alunos a reflexão sobre o sistema de escrita.

Portanto, no processo de ensino, o professor é o principal mediador do conhecimento. Ele exerce funções de grande relevância, no sentido de selecionar e encaminhar os alunos à interação com os jogos, considerando também que os recursos devem ter um objetivo quanto ao seu uso e adequado ao seu público. No sentido contrário, pode ser compreendido apenas como um passa tempo ou, ainda, um momento de diversão sem nenhuma proposta pedagógica.

Cabe ao professor, diante dessa realidade, planejar ações sistemáticas, no intuito de garantir a aprendizagem dos alunos com o auxílio de recursos pedagógicos, como por exemplo, os jogos. Mreche (2003, p. 128) destaca que "[...] brinquedos, jogos e materiais pedagógicos não são objetos que trazem no seu bojo um saber pronto e acabado. Ao contrário, eles são objetos que trazem um saber em potencial. Este saber potencial pode ou não ser ativado pelo aluno". Assim, o docente deve ter a ciência dos objetivos propostos a cada atividade mediante a utilização desses recursos. Deve entender que os recursos pedagógicos são materiais indispensáveis para a variação das metodologias.

"O professor deve considerar que o aluno vai se mostrar mais envolvido e desafiado pelo procedimento quanto melhor compreender o que se espera dele. (CARLINI, et al, 2004, p. 75). Nesse sentido, a referência dada a esses recursos não é apenas ou exclusivamente para diversificar as aulas, mas, antes de tudo, motivar os alunos para a busca do conhecimento e despertar o potencial de cada um.

Na escola, o docente é um profissional que trabalha com a formação dos sujeitos, ou seja, são formadores de opiniões. Ele está sempre diante de situações que exigem flexibilidade, reflexão, intervenção, julgamentos e ações indispensáveis para atingir resultados positivos, do ponto de vista pedagógico.

O conhecimento sobre os acontecimentos que envolvem a vida do aluno – principalmente quando estes influenciam na sua aprendizagem – são necessários também para a compreensão objetiva do dia a dia e, consequentemente, a articulação dos saberes com as dificuldades vividas por eles. Carlini, et al (2004, p. 106) autenticam essa ideia, por acreditarem que a relação com o outro possibilita uma ressignificação da realidade:

> A aprendizagem se dá na relação positiva, pois é criadora de vínculos que favorecem intervenções, provocam o pensar, a descoberta de soluções para os problemas. Não é processo individualizado, linear ou espontâneo. É processo de escolhas compartilhadas e exige o planejar das ações que estabelecem o diálogo entre o ensino e a aprendizagem, com o auxílio de referenciais que ajudam o professor a interpretar o que ocorre em sala de aula [...]

Nesse sentido, no que se refere ao planejamento dos professores, diante às necessidades ou dificuldades dos alunos, obtiveram-se as seguintes afirmações:

Tabela 3: Ao planejar suas aulas você considera opiniões, anseios e dificuldades de aprendizagem dos educandos? Explique:

Professores	Respostas
A	Sim. Considero a realidade do meu aluno
B	Sim. Faço um diagnostico dos alunos, para assim planejar mediante suas necessidades.
C	Sim. Levo em consideração ao planejar as necessidades dos meus educando.
D	Sim. O planejamento acontece com base nas necessidades dos alunos
E	Sim. É um planejamento contextualizado com a realidade do aluno

Entende-se o planejamento por uma análise anterior da ação educativa, levando em conta as previsões e objetivos a ser alcançados. "A intervenção pedagógica tem uma anterioridade, constituída pelo planejamento, e uma posterioridade, que é a avaliação. São partes intrínsecas da atuação em sala de aula." (CARLINI, et al, 2004, p. 106) Portanto, o planejamento é imprescindível no processo educacional, pois, a reflexão do docente deve se estender ao longo do processo de aprendizagem dos alunos, uma vez que a análise educativa não é feita apenas no momento da aula. É necessário que, ao realizar esse processo, o professor reconsidere as necessidades do aluno, para que o aprendizado dele seja coerente com as suas especificidades.

Nesse aspecto, todos os docentes afirmaram que planejam suas atividades considerando as necessidades dos alunos. Configura-se, assim, como uma ação essencial, pois o planejamento é adequado quando este contempla os interesses de aprendizagem do aluno. Como já destacado, essas percepções serão feitas a partir de uma análise constante do desenvolvimento do educando, durante todo o processo educativo. Diante disso, o docente deve observar, perceber, analisar, prever e estabelecer metas para serem alcançadas mediante a sua ação pedagógica, pois segundo Pimenta (2006, p. 47),

> Diferentemente das demais ciências da educação, a pedagogia é a ciência *da prática.* Aí está a sua especificidade. Ela não se constrói como discurso *sobre a educação.* Mas a partir da prática dos educadores tomada como a referência para a construção de saberes – no confronto com os saberes teóricos.

Em contrapartida, Padilha (2001, p. 30) afirma que "[...] o ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, de previsão de necessidades e racionalização do emprego dos meios necessários para a concretização de objetivos". O

planejamento, nesse sentido, torna-se eficaz na medida em que o professor o realiza a partir de reflexões de sua ação docente, detectando as limitações, dificuldades e possibilidades de superação dos alunos, para assim propor medidas pedagógicas no intuito de construir junto ao educando os conhecimentos necessários.

No que diz respeito ao trabalho coletivo dos professores do ensino fundamental, Obtiveram-se as seguintes afirmações:

Tabela 4: Na escola os professores atuantes do 1º ao 5º ano se reúnem para discutir ações e propor atividades coletivas e especificas para essas turmas? Explique:

Professores	Respostas
A	Não. Os encontros acontecem no planejamento que é com todo o professores da escola atuantes do 1º ao 9º ano.
B	Somente quando tem reuniões no nosso turno, mas para planejar um trabalho coletivo que envolva as 5 turmas, não acontece
C	Sim. Algumas vezes
D	Não
E	Sim. Alguns projetos

Segundo os professores A, B e D, atuantes nas turmas de 1º ao 5º ano, não se realizam encontros para a efetivação de trabalhos coletivos que envolva as respectivas turmas. Constata-se, dessa maneira, que a dificuldade de interação entre os professores é uma realidade que permeia em inúmeras instituições escolares. E essa situação também prevalece na Unidade Escolar Caminho do Saber, como é possível perceber mediante as respostas dos docentes que participaram da pesquisa. Ou seja, o professor ainda não consegue encontrar na cultura escolar a dinâmica das relações, onde se prioriza apenas a ação individualizada.

Dito dessa forma, retoma-se às noções apontadas anteriormente sobre o planejamento, em que se observou a importância das relações. Pois, a relação entendida, nesses termos, não é apenas aquela entre professor e aluno, mas também entre seus pares, uma vez que a interação entre os professores possibilita a troca de informações e, consequentemente, conhecer os alunos numa dimensão mais ampla.

> Ensinar é fazer parte de um sistema e trabalhar em diversos níveis. Durante muito tempo, a cultura individualista dos professores incitou-os a considerar que seu ambiente começava na porta de sua sala de aula. Todavia, a complexidade atual obriga a tratá-los como membros de um grupo com um papel coletivo e a questionar seus hábitos e suas competências no espaço da equipe, do estabelecimento de ensino e da coletividade local, bem como no espaço propriamente pedagógico e didático (PERRENOUD, 2001, p. 57).

Ainda, a esse respeito, Alarcão (2011, p. 45) acentua que: “O professor não pode agir isoladamente na sua escola. É neste local, o seu local de trabalho de trabalho, que ele, com os outros, seus colegas, constrói a profissionalidade docente.” É notoriamente necessário se estabelecer uma relação harmônica entre os professores. Definir objetivos comuns e persegui-los em conjunto são tarefas que serão alcançadas mediante a constituição de um grupo de docentes que anseia o sucesso escolar em benefício de todos.

Percebeu-se, no entanto, uma contradição nas respostas de alguns professores, pois, enquanto alguns afirmaram não haver um trabalho conjunto entre os docentes, os professores C e E afirmaram o contrário. Segundo eles, existe a parceria nas atividades da escola, o que confirma a contradição na afirmação dentre esses profissionais. Genericamente, ao planejar um trabalho coletivo é necessário que todos participantes tenham os mesmos propósitos para garantir o sucesso do trabalho, caso contrário, este perde totalmente seu sentido de parceria, coletividade. Pois, enquanto uns entendem como trabalho coletivo, outros não o consideram ou não o fazem da mesma forma.

A prática docente, sobretudo dos que atuam nas séries iniciais, não pode ser vista como um processo estritamente individual, já que incute interesses múltiplos e envolvem um conjunto de pessoas que fazem parte: a instituição escolar, alunos e a família. Portanto, os docentes que estabelecem parcerias com a escola, família e comunidade, em prol de um objetivo comum, fazem da escola um ambiente propício para disseminar o conhecimento e viabilizar o desenvolvimento de aprendizagens.

Sobre a Formação Continuada dos docentes, buscou-se saber se esta é oferecida pela Secretaria de Educação do município ou pela própria escola. Detectaram-se as seguintes respostas.

Tabela 5: A Secretaria de Educação ou a própria escola oferece Formação Continuada periodicamente aos professores atuantes nas series iniciais do ensino fundamental?

Professores	Respostas
A	Sim, somente a secretaria a escola não oferece
B	Somente a secretaria de educação, a escola ainda não ofereceu
C	Sim a secretaria oferece a escola não
D	Sim
E	Sim

De acordo com os professores que participaram da pesquisa, somente a Secretaria de Educação oferece Formação Continuada aos docentes atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental. Cabe, portanto, destacar que a Secretaria Municipal de Educação deve oferecer periodicamente Formação Continua aos seus educadores, considerando que os professores trabalham com a formação de cidadãos mediante a construção do conhecimento e desenvolvimento do espírito crítico, e, além disso, por entender que o conhecimento é dinâmico, flexível, ou seja, se renova a cada tempo, por isso deve haver sempre a capacitação para a atualização dos saberes desses profissionais.

A formação do educador deve acontecer de forma contextualizada com a realidade da instituição escolar a qual ele está atuando. Assim, percebe-se, pelas respostas obtidas dos professores, que há a carência de uma formação propiciada pela escola. Essa ação, realizada no próprio ambiente de trabalho do professor, configura-se como um direito seu e, mais ainda, um direito do aluno e da sociedade. Pois, segundo Fusari (1998, p. 533), a sociedade demanda ”[...] um educador escolar capaz de planejar, desenvolver e avaliar, de forma articulada, orgânica e permanente, seu próprio trabalho”. A escola deve ser um local também de formação contínua do docente, onde ele adquire aprendizagens não apenas nos encontros de capacitação, mas também mediante a sua prática, no dia a dia na escola, na interação com os alunos e os demais professores. Em suma, por meio do próprio trabalho, o professor adquire novas experiências e, consequentemente, novos conhecimentos e aprendizagens.

Enfim, perguntou-se sobre o aperfeiçoamento individual e voluntário da prática educativa dos docentes. As respostas obtidas foram as seguintes:

Tabela 6: Quando a Secretaria de Educação Municipal ou a Escola não oferecem Formação Continuada, você busca realizar cursos, capacitações para aperfeiçoar sua prática?

Professores	Respostas
A	Sim
B	Sim
C	Sim
D	Sim
E	Sim

Observa-se que os professores responderam unanimemente que buscam aperfeiçoar suas práticas educativas, mesmo quando não há a oferta pela Secretaria de

Educação ou pela escola. Citaram que buscam realizar formações, por meio de vários cursos, no intuito de melhorar a cada dia sua prática docente.

Nesse ponto, é fundamental ressaltar que é indispensável a predisposição do professor na busca pela realização de atividades que aprimorem a sua prática docente, ou seja, que ele busque a realização da sua própria formação. Por conseguinte, mesmo que a escola ou a Secretaria de Educação do município não ofereça esses momentos de aprendizagens, a instituição escolar deve viabilizar condições acessíveis para que o docente realize determinados cursos de formação, disponibilizando o tempo necessário para que ele possa realizá-los. A LDB (Lei 9.394/96), em seu Art. 67, determina que os sistemas de ensino devem promover a valorização do profissionais da educação, incluindo "[...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga de trabalho". (BRANDÃO, 2010, p. 146)

Como assinala Pimenta (2006), toda ação educativa tem um caráter intencional, e a ação do professor se caracteriza como uma ação consciente e intencional do ensino, que visa instruir e desenvolver os alunos cognitivamente, capacitando-os para a sua vida social e profissional. Assim, o professor deve gerir o conhecimento em um sistema global, e, para tanto, ele necessita compreender que todo profissional deve conceber sua função como um importante meio de contribuir com a sociedade local, e com o professor, a situação não é diferente, pois sua prática configura-se numa prática humana, social e cultural.

Em síntese, a formação do docente consiste na profissionalização e aperfeiçoamento da sua prática por meio de conhecimentos teóricos e/ou práticos que refletem o processo educativo. Por sua vez, o processo educativo reúne um conjunto de fatores indispensáveis para a formação do aluno. Dessa forma, o professor, na sua atuação, necessita agregar conhecimentos, experiências e habilidades para uma atividade com resultados exitosos. E, para tanto, a Secretaria de Educação Municipal ou a própria escola devem oferecer formações ou condições para que o docente realize seus cursos de aperfeiçoamento, visando melhorar a sua ação educativa e, consequentemente, a qualidade do ensino.

6.3 Visão do supervisor sobre a prática pedagógica

Na pesquisa de campo, como já mencionado, também foi aplicado um questionário (Apêndice B) ao supervisor que atua na Unidade Escolar Caminho do Saber, no intuito de compreender sua visão acerca da prática docente na respectiva escola. O supervisor

atua na escola há sete meses, mesmo com o pouco tempo na unidade de ensino, ele ofereceu informações relevantes para a efetivação da pesquisa.

Foi questionado se no planejamento com os professores são considerados as opiniões, os anseios e as dificuldades dos educandos. Segundo o supervisor: "Sempre são ouvidas as opiniões, discutidas e levadas em consideração na medida do possível e quanto às dificuldades busca-se auxiliar para que haja melhoria".

O supervisor relatou que anseios e perspectivas dos educandos são sempre considerados na elaboração do planejamento com os docentes. Nesse sentido, notou-se um aspecto positivo, a partir da relevância que é dada aos conhecimentos ou interesses dos educandos, pois um planejamento participativo permite conhecer e atender de forma mais instantânea os problemas e as dificuldades dos alunos. Vianna (1986) apud Dalmás (2009, p. 27) entende que o planejamento participativo se constitui "[...] numa atividade de trabalho, que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, num processo global, para a solução dos problemas comuns".

> O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escola e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais [...]. (LIBÂNEO, 2013, p. 246)

Portanto, a efetivação de um planejamento centrado no aluno determina uma ação coerente e eficaz, visando uma aproximação dos objetivos de aprendizagens determinados pela escola. O planejamento participativo, então, deve acontecer de forma que auxilie o docente em sua ação pedagógica. Para tanto, é necessário, a princípio, perceber as necessidades do público que vai desenvolver a atividade planejada, e quando eles manifestam seus anseios, necessidades, para que se possa planejar e estabelecer os objetivos. Percebe-se que o supervisor necessita manter contato constante com os demais profissionais, os professores, e com os próprios alunos, para que ele tenha uma visão dimensional do público que a escola assiste.

No que concernem as contribuições das práticas pedagógicas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, o supervisor assinalou que: "As práticas pedagógicas são fundamentais para o bom andamento da aula e para que de fato aconteça a aprendizagem por parte dos alunos".

Para o supervisor, as práticas pedagógicas são essenciais no processo de ensino e aprendizagem do educando. O professor, por meio de suas práticas, atua no sentido de corresponder aos objetivos estabelecidos em uma determinada modalidade de ensino, nesse

caso, para o ensino fundamental. Para Zabala (1998, p. 13), "[...] um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em sua prática". Essa competência manifesta-se a partir do momento que o professor assume uma postura polivalente, que reflete constantemente sobre sua prática e através da vivência em seu âmbito de trabalho, onde busca informações necessárias para dar respaldo no seu fazer pedagógico.

Questionou-se do supervisor, também, sobre a realização do planejamento na escola, sobre a periodicidade que ele acontece e as orientações sobre a prática educativa. Segundo ele: "É feito de dois em dois meses, ou seja, a cada início de bimestre, os professores são orientados a planejar sua prática inserindo o lúdico em sala de aula, visando uma aprendizagem mais prazerosa".

Observa-se que, segundo o supervisor, o planejamento com os docentes acontece a cada início de período. Entretanto, entende-se que o planejamento é um processo contínuo e deve acontecer em todos os momentos da ação do docente, não apenas quando a escola disponibiliza momentos com o supervisor para essa finalidade. A esse respeito, Luck (2009, p. 33) assinala que: "[...] planeja-se antes, durante e depois das ações, pois não é possível prever antecipadamente todas as condições de execução de planos, notadamente, das dinâmicas sociais, como é o caso da educação". Então, não se deve considerar o planejamento como uma realização em períodos distantes, como mencionado, a cada início de bimestre, pois a escola deve qualificar-se dinâmica e flexível, e o planejamento deve corresponder a essa dinamicidade.

Outro ponto destacado pelo supervisor é que no planejamento os professores são orientados a inserir o lúdico em suas atividades. O que pode configurar-se em um aspecto positivo, pois as atividades lúdicas contribuem e oportunizam aos alunos momentos de expressão, criação e de troca de informações, além de trabalhar a cooperação. Nessa medida, a inclusão de jogos educativos pode propiciar o desenvolvimento dos estudantes de forma exitosa se o educador souber trabalhar adequadamente com eles.

Foi questionado ainda se, além do planejamento, existe outro momento de encontro entre ele e os professores que lecionam nas turmas de 1º ao 5º ano, com a finalidade de discutir ações e propor atividades coletivas e específicas para essas turmas. O supervisor afirmou que: "Acontecem reuniões extras e sempre procuro passar de sala em sala ouvindo os professores e propondo ações que irão melhorar o processo de ensino-aprendizagem".

Segundo as declarações do supervisor, com exceção do planejamento, outro momento de encontro entre supervisor e professores é quando acontecem as reuniões na escola ou quando ele procura os docentes para ouvi-los e, consequentemente, auxiliá-los em

sua prática. Nessa temática, percebe-se que é necessário haver maior realce do planejamento no processo educativo, uma vez que o professor necessita refletir e discutir com os outros profissionais os meios em que a aprendizagem acontece, considerando o público que a escola atende.

Em outros termos, faz-se necessário que o planejamento aconteça coletivamente em outras circunstâncias e em outros momentos. Rodrigues (2013) afirma que, ao se realizar um planejamento pautado na coletividade aprende-se a "[...] construir e comparar novas estratégias de ação, novas fórmulas de pesquisa, novas teorias e categorias de compreensão, novos modos de enfrentar e definir problemas". Nesse sentido, considera-se uma ação democrática, onde se realiza a troca de informações, propiciando uma ação coletiva na finalidade de se estabelecer e, consequentemente, alcançar objetivos comuns.

Questionou-se, ainda, se a Secretaria de Educação Municipal ou a própria escola oferecem Formação Continuada periodicamente aos professores, sobretudo, aos que lecionam nos anos iniciais do ensino Fundamental. Ele assegurou que, tanto a Secretaria de Educação do município quanto a escola, oferecem cursos de Formação Continuada aos docentes que lecionam no ensino fundamental. Nota-se que há uma contradição no que se referem às respostas dos professores quando afirmaram anteriormente que somente a Secretaria de Educação do município disponibilizava capacitações aos docentes da respectiva escola.

Em geral, a Formação Continuada propiciada pelas escolas é ainda uma prática pouco comum nas escolas brasileiras, uma realidade que diverge do pensamento de Demo (2002, p. 84) em que salienta que o "[...] professor tem o direito de aprender com o trabalho, durante o trabalho, durante os 200 dias de aula, porque estudar, para o professor, é trabalho". Assim, o pensamento do autor configura-se na afirmação em que o processo educativo, oferecido pela escola pública deve, obrigatoriamente, propiciar momentos de aprendizagens ao longo dos dias letivos. A própria instituição escolar deve promover a capacitação e valorização de seus profissionais, pois o investimento na formação dos professores por parte da escola garante a qualidade do ensino oferecido e, em contrapartida, da aprendizagem dos alunos.

Foi interrogado, também, sobre a sua opinião em relação à contribuição da supervisão na prática educativa do docente. Segundo o supervisor "[...] é como um suporte, alguém que não sabe tudo, mas que pode ajudar auxiliando e orientando o docente em sua prática".

A supervisão pedagógica, segundo o referido profissional, tem como função auxiliar o docente em sua prática, dando-lhe suporte na efetivação do seu trabalho. Nesse

sentido, apreende-se que o supervisor é o agente que oferecerá subsídios para que todos participem e desempenhem de forma positiva o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, é um profissional que está próximo dos docentes, do gestor e dos alunos, e sua postura visa observar e perceber as ações que medeiam a aprendizagem dos alunos. Segundo Mata (2010, p. 9),

> [...] não se admite nos dias atuais, supervisores que se encontrem com professores apenas uma vez no mês para "aplicar" um planejamento, que muitas vezes se resume a simples determinações das Secretarias de Educação que, por terem programas a cumprir, usam o supervisor como executor dessas ações.

Assim, o supervisor deve direcionar suas ações para a construção do conhecimento dos alunos. É preciso, nesse sentido, que o supervisor e o docente repensem a sua prática educativa e centralizem o seu trabalho nos interesses do aluno; que visem à formação de sujeitos críticos com domínio dos recursos tecnológicos presentes no seio da sociedade e da linguagem padrão.

Portanto, percebeu-se, por meio das respostas, inicialmente dos professores e posteriormente do supervisor, que a prática docente tem função primordial no processo educativo. É também uma tarefa contínua, que se constrói diariamente pelo educador em sua ação pedagógica na sala de aula e vai se adequando às necessidades momentâneas do aluno e da instituição escolar. Dessa forma, são muitos os desafios ocasionados pela heterogeneidade dos educandos e poucas condições de trabalho. Nesse sentido, o supervisor deve acompanhar o professor em suas práticas educativas, visando contribuir no processo de aprendizagem do aluno e na formação do docente.

7 CONCLUSÃO

A história da profissão docente revela que desde os primeiros tempos já existiam formas básicas de socialização dos conhecimentos. Pode-se considerar que todos os conceitos sobre a profissão do professor estão relacionados diretamente com o ato de instruir, ensinar, orientar ou educar, pois se referem à troca de informações, à construção de um saber.

Ao longo dos anos, a função do professor foi adquirindo novas atribuições, novas formas de exercer seu papel na sociedade. Diga-se de passagem, a cada modelo de sociedade, o professor, compulsoriamente, foi assumindo um caráter específico para atender aos interesses socioculturais. Assim, sucessivamente, surgiram as teorias educacionais, para adequar a educação às novas exigências sociais. Nota-se, então, que o caráter marcante do profissional da educação é que sua função reflete na vida social do aluno, não menos importante, também contribui para a vida profissional.

Hodiernamente, a prática docente é uma ação que exige do professor a competência de diversas habilidades para atuar em um cenário educativo heterogêneo, múltiplo, onde se apresentam, a cada momento, novos desafios. Por ser assim, o docente deve acompanhar as transformações que acontecem na sociedade, pois o conhecimento é renovado constantemente e o professor precisa conhecer e compreender as mudanças para, assim, proporcionar um ensino dinâmico e atualizado aos seus alunos.

Nesses termos, ele precisa se atualizar e aperfeiçoar suas práticas, por meio de cursos que promovam a reflexão dos processos educativos contemporâneos, pois as práticas pedagógicas devem propiciar melhorias no aprendizado dos educandos, para que os alunos possam desenvolver habilidades tão necessárias à sua inserção no mundo tecnológico, que possam usar o conhecimento para a mudança da sociedade, por meio de um pensamento crítico e transformador. Além disso, é oportuno destacar que o professor deve ser um profissional reflexivo nas suas próprias ações, pois o ensino acontece em contextos heterogêneos, e ele precisa adequar seus procedimentos metodológicos a cada realidade escolar.

A formação de qualidade do docente é imperiosa na sociedade contemporânea. Dessa forma, os setores educacionais devem primar por uma educação de qualidade. Tanto a Secretaria Municipal de Educação quanto a escola devem oferecer atividades aos professores que proporcionem a dinamização da ação docente, a renovação e especialização dos conhecimentos.

Destaca-se, então, que a escola deve sempre buscar aperfeiçoar seu corpo docente, oferecendo-lhe Formação Continuada, pois esta se configura como uma ação que não somente a Secretaria de Educação é responsável, mas também a instituição escolar, a qual ele pertence. Pois, constatou-se que há interesse dos professores na sua própria formação, na busca pelo conhecimento independente se há ou não Formação Continuada no ambiente de trabalho. Portanto, percebeu-se, por meio da pesquisa, um aspecto positivo em relação aos professores que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental, pois demonstraram um comprometimento com sua prática docente.

Portanto, espera-se que suas ações sejam sempre apoiadas na ideia de formar o aluno integralmente. Por isso é necessário frisar que os docentes precisam desenvolver práticas inovadoras, que contribuam com o aprendizado do aluno. Além disso, deve sempre haver o apoio da escola, pois, uma instituição escolar que projete, atue, reflita sua visão de futuro e questione o insucesso nas suas causas, desenvolve, consequentemente, um trabalho reflexivo e, portanto, dinâmico, flexível, visando sucesso escolar do aluno.

Com efeito, o professor, na sua ação pedagógica, deve refletir os problemas educacionais, que ele desempenhe seu trabalho na perspectiva de formar cidadãos críticos para a transformação do cenário educativo. Pois, compreende-se que a educação brasileira passou e passa por diversos problemas, sobretudo na educação básica, onde os alunos estão começando o contato com o conhecimento sistematizado.

Diante do resultado da pesquisa, sugere-se aos professores que sempre repensem sua prática. É fundamental uma reflexão contínua, a fim de corresponder às necessidades atuais dos educandos, uma vez que o planejamento deve corresponder aos reais anseios e interesses dos discentes. Para tanto, o educador precisa conhecê-los. E essa percepção se dá não apenas no momento da aula, mas também no contato do professor com outros profissionais, com seus colegas de trabalho, com os pais dos alunos e com o próprio aluno, ou seja, o planejamento coletivo deve ser valorizado no espaço escolar.

Por conseguinte, é essencial também que os planejamentos da escola aconteçam com mais frequência, a fim de poder alcançar as atividades e objetivos propostos no plano. Ressalta-se que o planejamento deve contemplar os objetivos atuais de cada membro escolar: professor, aluno, supervisor e gestor. É importante a interação diária entre docentes e supervisor, pois através da troca de informações entre esses profissionais muito se aprende.

Dessa forma, a pesquisa constatou que diante dos vários desafios que os professores dos anos iniciais enfrentam no dia a dia escolar, muitos deles ainda objetivam um ensino que favoreça aos educandos. De modo geral, todo educador, sobretudo aqueles que

ensinam na educação básica, deve compreender sua profissão não apenas como um mero transmissor de informações, mas, um educador que instrui para a vida futura.

Assim, é importante reconhecer que é na educação básica, sobretudo, nos anos iniciais do ensino fundamental que o aluno desenvolve ou não o interesse pelo saber, e, consequentemente pela progressão dos estudos. É nesse período onde os alunos terão oportunidade de compreender a educação como um processo contínuo do conhecimento e, que, portanto, o professor deve desenvolver aulas dinâmicas, diferenciadas, inovadoras, para que os alunos possam se sentir motivados pela busca do conhecimento. É necessário, portanto, que ele envolva todos os alunos e suas peculiaridades, visando atender às necessidades de cada educando, assim como auxiliando-os na construção dos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AYRES, Antônio Tadeu. **Prática pedagógica competente**: ampliando os saberes do professor. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BENAVENTE, A. **Escola, Professores e Processos de Mudança**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei 9394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BUENO, Silveira. **Dicionários da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

CARLINI, Alda Luiza; et. al. Scarpato, Marta (org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. **Educação continuada**: função essencial do coordenador pedagógico. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **O coordenador pedagógico e a formação docente.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

CHAPADINHA. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico.** 2010.

CHARLIER, Évelyne. **Formar professores profissionais para uma formação contínua articulada à prática**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DEMO, Pedro. **Professor e seu direito de estudar**. Campinas: Papirus, 2002.

ESTRELA, Maria Teresa. **A investigação como estratégia de formação contínua de professores**: reflexão sobre uma experiência. Campinas: Papirus, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2.ed.São Paulo: Paz e terra, 1997.

FUSARI, José Cerchi. **Formação contínua de professores**: o papel do Estado, da universidade e do sindicato. Petrópolis: vozes, 1998.

KNÜPPE, Luciane. **Motivação e Desmotivação**: desafio para as professoras do ensino fundamental. n. 27, Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n27/a17n27.pdf. Acesso em: 05 abr. 2013

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia cientifica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. Disponível em: www.slideshare.net/paulinhanaranjo/eva-maria-lakatos-metodologia-do-trabalho-científico. Acesso em: 20 mar. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** São Paulo: Positivo, 2009.

MARQUES, Mario Osorio. **A formação do profissional da educação**. 3. ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

MATA, Dulcilene Guimarães da. **Relação supervisor/docente no espaço escolar.** Campina Grande - PB, 2010. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigo/a-relação-supervisão-docente-no-espaço-escolar. Acesso em: 25. fev. 2013.

MRECH, L. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação:** o uso de brinquedos e jogos na intervenção psicopedagógica. São Paulo: Cortez, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, José Marcio Augusto de. **Escrevendo com o computador na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2006.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

PLACO, Vera Maria Nigro de Souza. **A formação do professor**: reflexões, desafio, perspectivas. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **A satisfação /insatisfação do professor no trabalho**. São Paulo: PUC-SP, 1980. Dissertação de mestrado. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 5 abr. 2013.

PERRENOUD, P. **Ensinar:** agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido Pimenta. **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PITTA, Luiset; et al. **A profissão docente**. Universidade de Aveiro. Sociologia da educação. Dept. ciências da educação. 2000. Disponível em: www.prof2000.pt/users/Ipitta/de-2/docente.htm. Acesso em: 23 mar. 2013.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro. 1998. **A questão da formação de professores de educação física e a concepção de professor enquanto intelectual-reflexivo-transformador.** In: Revista Pensar a prática. UFG. v.1. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/11/2702. Aceesso em: 17 jul. 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3 ed. São Paulo: Atual, 2007.

RIBEIRO, Klinger Ericeira. 2010. **Formação continuada de professores: co contexto da escola pública. In: Secretaria de Estado da Educação**. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/klingere_ribeiro_formacao_contin_prof.pdf. Acesso em: 17 jul. 2013

SCARPATO, Marta. **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.

SILVA, Rafael Moreira da. **Textos didáticos**: crítica e expectativa. São Paulo: Editora Alínea, 2000.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva**. Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAUJO, José Carlos Souza; KAPUZINIAK, Célia. **Docência:** uma construção ético-profissional. São Paulo: Paipurus Editora, 2005

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALZA, Miguel. **Diários de aula**. Portugal: Porto, 1994.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AO PROFESSOR.

1- Há quanto tempo você atua como docente?

_____

2- O que você entende por prática educativa?

_____

_____

_____

3- Na sua prática educativa você utiliza diferentes recursos pedagógicos? Se a resposta for positiva, quais recursos?Justifique.

( ) Sim ( ) Não

_____

_____

4- Ao planejar suas aulas você considera opiniões, anseios dos alunos e as dificuldades de aprendizagem dos educandos? Explique.

_____

_____

5- Na escola, os professores atuantes do 1º ao 5º ano se reúnem para discutir ações e propor atividades coletivas e específicas para essas turmas? Explique.

_____

_____

6- A Secretária de Educação Municipal ou a própria escola oferecem Formação Continuada periodicamente aos professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental?

( ) Sim ( ) Não

7- Quando a Secretaria de Educação Municipal ou a escola não oferecem Formação Continuada você busca realizar cursos, capacitações para aperfeiçoar sua prática?

Sim ( ) ( ) Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AO SUPERVISOR.

1- Há quanto tempo você é supervisor nessa escola?

_____

2- No planejamento com supervisor e professores como são consideradas as opiniões, os anseios e as dificuldades dos educando?

_____

_____

3- Quais as contribuições das práticas pedagógicas e desenvolvimento de ensino-aprendizagem para ação docente?

_____

_____

4- O planejamento na escola é realizado com qual periodicidade e quais são as orientações sobre a prática educativa visando melhorar o processo ensino aprendizagem?

_____

_____

5- Com exceção do planejamento, existe outro momento de encontro com os professores atuantes do 1º ao 5º ano com o supervisor, para discutir ações e propor atividades coletivas e específicas para essas turmas? Explique.

_____

_____

6- A Secretaria de Educação Municipal ou a própria escola oferecem Formação Continuada periodicamente aos professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental?

( ) Sim ( ) Não

7- Em sua opinião, qual a contribuição da supervisão na prática educativa do docente?

_____

_____